PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS/RS

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

EDITAL Nº 07/2026 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS E JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

A Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura nº 01/2026, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelas pessoas candidatas durante o período de 07 a 09/07/2026, e justifica-se a manutenção ou alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas no **Anexo I** deste Edital.

2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS

2.1. Os Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas encontram-se no **Anexo II** deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas;

ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas.

Getúlio Vargas/RS, 21 de julho de 2026.

Pedro Paulo Prezzotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS/RS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura nº 01/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta,* emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): BORRACHEIRO/LAVADOR, ELETRICISTA, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, SERVENTE, VIGILANTE

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso indeferido. A questão encontra-se em plena consonância com o conteúdo programático previsto no Edital. O programa contempla expressamente os temas “Direitos humanos e cidadania” e “Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, classificação e características”, conteúdos que abrangem noções fundamentais sobre nacionalidade, cidadania e proteção internacional de pessoas. O conceito de apátrida constitui conhecimento básico e amplamente difundido no âmbito dos Direitos Humanos, sendo definido como a pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação. Trata-se de conceito previsto em instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e frequentemente abordado em materiais didáticos, documentos oficiais e conteúdos de educação para a cidadania. A questão não exigiu do candidato conhecimento aprofundado de Direito Internacional, tampouco a identificação de convenções, tratados ou dispositivos legais específicos. Limitou-se à identificação da terminologia correta correspondente à definição apresentada no enunciado, em nível compatível com o conteúdo previsto no Edital. Assim, não procede a alegação de incompatibilidade entre a questão e o nível de escolaridade exigido para o cargo, uma vez que a escolaridade não restringe a cobrança dos conteúdos expressamente previstos no Edital.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/apatridia

Conteúdo Programático:
Direitos humanos e cidadania.

CARGO(S): VIGILANTE

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. O Código Q é um código de fácil compreensão e utilização operacional. A referência ao seu uso pela ANATEL, de forma variada, não se relaciona nem se aplica ao presente documento.

Referência Bibliográfica:
Manual do Vigilante ABCFAV – DG/PF.

Conteúdo Programático:
Uso da rede de rádio (códigos, alfabeto e expressões convencionais de serviço de vigilância).

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): CONTABILISTA, FISCAL AMBIENTAL, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01: ESF SÃO JOSÉ, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 02: ESF NAVEGANTES, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03: ESF CONSOLADORA, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04: ESF SANTO ANDRÉ, AUXILIAR DE PROFESSOR – 40H, AUXILIAR DE SECRETARIA, ORIENTADOR SOCIAL, SECRETÁRIO DE ESCOLA, TÉCNICO FAZENDÁRIO, VISITADOR

QUESTÃO: 1 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. O item III está incorreto, pois afirma que a comunicação dos gatos por meio de seus gestos é de fácil percepção e compreensão pelos tutores, o que contraria o texto. Isso é evidenciado pelas passagens: “Sua comunicação é sutil, porém constante” e “Interpretar corretamente um gato exige observar todo o contexto. O mesmo gesto pode ter significados diferentes, dependendo do ambiente, da situação e da personalidade do animal”. Assim, conclui-se que a comunicação dos gatos não é de fácil interpretação, razão pela qual o item III está incorreto. Como esse item integra as alternativas B, C e D, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Conteúdo Programático:
Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos.

QUESTÃO: 2 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. Nas duas ocorrências, não há exigência da preposição “a” pelos verbos, razão pela qual não se emprega o acento indicativo de crase nos espaços indicados. O período é corretamente escrito da seguinte forma: “Compreender essa linguagem não só melhora a convivência, como também permite que você entenda melhor as necessidades do seu gato”. Assim, não há ocorrência de crase em nenhuma das lacunas, motivo pelo qual se mantém o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 4 – MANTIDA alternativa 'D'.
Recurso indeferido. Nas palavras apresentadas, a letra x representa os seguintes fonemas: relaxado (x = /ʃ/), exige (x = /z/), fixamente (x = /ks/) e contexto (x = /s/). Na palavra “expressar”, a letra x também representa o fonema /s/. Desse modo, a única palavra em que a letra x possui o mesmo valor fonético que em “expressar” é “contexto”. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 6 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. No período “Quando está erguida e relaxada, geralmente indica confiança e tranquilidade”, o emprego da vírgula após a primeira oração NÃO é facultativo, pois a oração subordinada adverbial temporal encontra-se anteposta à oração principal. Nessa construção, a vírgula é empregada para isolar a oração subordinada deslocada. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto).

QUESTÃO: 9 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso indeferido. O comando da questão é claro ao perguntar: “Para manter o sentido do trecho, qual conjunção NÃO pode ser utilizada para substituir a conjunção ‘no entanto’?”. Ressalte-se que a palavra NÃO está destacada em caixa alta. A conjunção “no entanto” apresenta valor adversativo, assim como “todavia”, “porém” e “contudo”, que podem exercer a mesma função no contexto apresentado. Já “por conseguinte” possui valor conclusivo e, portanto, não pode substituir “no entanto” sem alterar o sentido do trecho. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACICÍNIO LÓGICO

CARGO(S): CONTABILISTA, FISCAL AMBIENTAL, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01: ESF SÃO JOSÉ, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 02: ESF NAVEGANTES, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03: ESF CONSOLADORA, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04: ESF SANTO ANDRÉ, AUXILIAR DE PROFESSOR – 40H, AUXILIAR DE SECRETARIA, ORIENTADOR SOCIAL, SECRETÁRIO DE ESCOLA, TÉCNICO FAZENDÁRIO, VISITADOR

QUESTÃO: 11 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:

“Se a ≠ 4, então b ≠ 9\” (Incorreta).
A alternativa A apresenta a Inversa da proposição original (~P→~Q). Na lógica proposicional, a inversa não é equivalente à condicional original. O fato de o antecedente (a=4) ser falso não implica que o consequente (b=9) também deva ser falso. Por exemplo, poderíamos ter a=5 e b=9 sem ferir a regra original. Portanto, considerar essa alternativa correta representa uma aplicação indevida da regra de negação do antecedente, configurando uma falácia lógica.

Alternativa B:
“Se b = 9, então a = 4” (Incorreta).
A alternativa B apresenta a Recíproca da proposição original (Q→P). A recíproca não guarda relação de equivalência com a condicional original. A proposição dada afirma que “a=4” é uma condição suficiente para que “b=9”, mas não afirma que é a única condição. O valor b=9 poderia ocorrer por outros motivos (outros valores de a). Aceitar essa alternativa como correta implica incorrer na falácia lógica da Afirmação do Consequente.

Alternativa C:
“Se b ≠ 9, então a ≠ 4” (Correta).
A alternativa C apresenta a Contrapositiva da proposição original (~Q→~P). De acordo com as leis da lógica formal, a contrapositiva é logicamente equivalente à condicional original. Se a ocorrência de a=4 implica necessariamente b=9, então, caso b≠9, é impossível que a=4, pois essa condição obrigatoriamente levaria a b=9. Portanto, a contrapositiva representa a única conclusão válida e necessária decorrente da proposição original.

Alternativa D:
“Se a = 9, então b = 4” (Incorreta).
A alternativa D é uma proposição arbitrária que inverte os valores numéricos das variáveis, sem qualquer fundamentação nas regras de inferência lógica. A alternativa não possui relação de equivalência, negação ou derivação com a sentença original, tratando-se apenas de uma troca de valores sem nexo lógico com a premissa estabelecida.

Referência Bibliográfica:
MORGADO, Augusto C. *Raciocínio lógico-quantitativo*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008.

Conteúdo Programático:
Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional.

QUESTÃO: 13 – MANTIDA alternativa 'D'.
Recurso indeferido. A questão está em plena conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital. Consta expressamente entre os conteúdos de Matemática para o cargo: “Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau – valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau; Equações de 1º e 2º graus”. A resolução da questão consiste em determinar a condição para que os gráficos de duas funções possuam um único ponto em comum. Para isso, basta igualar as duas funções, obtendo-se uma equação do 2º grau, e aplicar a condição de existência de uma única solução real (Δ=0), procedimento diretamente relacionado ao estudo de equações do 2º grau e à interpretação dos gráficos das funções envolvidas. Assim, a questão não exige conhecimentos além daqueles expressamente previstos no Edital, tampouco aborda conteúdos estranhos ao programa. O fato de envolver a interpretação conjunta de uma função afim e de uma função quadrática não caracteriza extrapolação do conteúdo programático, mas apenas a aplicação integrada de conhecimentos nele previstos. Por fim, eventuais comparações entre os conteúdos programáticos de cargos distintos ou entre suas atribuições não constituem fundamento para a anulação da questão, uma vez que cada cargo possui conteúdo programático próprio, com requisitos específicos, previamente divulgados.

Resolução da questão:

Para que os gráficos tenham um único ponto em comum devemos ter

$$f(x) = g(x)$$

Logo:

$$x + 1 = x^2 + k$$
$$x^2 - x + (k - 1) = 0$$

Para existir uma única solução real:

$$\Delta = 0$$

Então:

$$(-1)^2 - 4 \cdot 1 \cdot (k - 1) = 0$$
$$1 - 4k + 4 = 0$$
$$5 - 4k = 0$$
$$4k = 5$$
$$k = \frac{5}{4}$$

Referência Bibliográfica:
BIGODE, Antônio José Lopes. Matemática do cotidiano: 9º ano. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.
MARCONDES, Carlos Alberto; GENTIL, Nelson; SÉRGIO, Miguel. Matemática para o ensino médio: volume único. São Paulo: Ática, 1999.
GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. Matemática completa: volume único. São Paulo: FTD, 2002.

Conteúdo Programático:
Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau – valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau. Equações de 1º e 2º graus.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): CONTABILISTA, FISCAL AMBIENTAL, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01: ESF SÃO JOSÉ, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 02: ESF NAVEGANTES, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03: ESF CONSOLADORA, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04: ESF SANTO ANDRÉ, AUXILIAR DE PROFESSOR – 40H, AUXILIAR DE SECRETARIA, ORIENTADOR SOCIAL, SECRETÁRIO DE ESCOLA, TÉCNICO FAZENDÁRIO, VISITADOR

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão está em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital. O programa contempla expressamente temas atuais e nacionais, incluindo saúde, políticas públicas, direitos humanos e cidadania, abrangendo conhecimentos relacionados às principais ações e aos programas desenvolvidos pelo Poder Público. O “Brasil Sorridente” corresponde à Política Nacional de Saúde Bucal, instituída pelo Governo Federal e amplamente divulgada por meio de campanhas oficiais, materiais educativos e meios de comunicação. Trata-se de uma das principais políticas públicas de saúde do país, cujo conhecimento é compatível com o conteúdo previsto no Edital, não exigindo formação específica na área da saúde ou domínio de conhecimentos técnicos aprofundados. Ressalta-se, ainda, que a questão se restringiu à identificação do nome do programa a partir da descrição de seus objetivos, sem exigir da pessoa candidata conhecimento sobre aspectos normativos, operacionais ou técnicos da política pública. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/brasil-sorridente

Conteúdo Programático:
Tópicos atuais, nacionais, saúde, políticas públicas, direitos humanos e cidadania.

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso indeferido. A questão está em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital. O programa contempla expressamente temas relacionados à Cultura Popular, à História e à Geografia do país, bem como aspectos culturais, incluindo movimentos que marcaram a história e a identidade cultural brasileira. O Tropicalismo foi um dos mais relevantes movimentos culturais brasileiros da década de 1960, caracterizado pela integração de elementos da música popular brasileira, do rock, das artes de vanguarda e da cultura de massa, tendo como principais representantes Caetano Veloso e Gilberto Gil. Trata-se de conhecimento amplamente difundido em livros didáticos, meios de comunicação e materiais de conhecimentos gerais. A questão não exigiu conhecimentos especializados em música ou história da arte, restringindo-se à identificação do movimento cultural descrito no enunciado, o que se mostra plenamente compatível com o conteúdo previsto no Edital. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://memoriasdaditadura.org.br/cultura/tropicalismo/

Conteúdo Programático:
Cultura popular, História e Geografia do País, Cultura.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. No contexto institucional, a expressão “sede da ONU” refere-se especificamente à Sede das Nações Unidas localizada em Nova York. As cidades mencionadas no recurso abrigam escritórios, agências especializadas, centros de informação ou representações da ONU, mas não correspondem à sede oficial da Organização. Assim, não há pluralidade de respostas corretas nem qualquer vício no enunciado, permanecendo apenas uma alternativa correta. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Alternativa A: Paris (incorreta). Paris abriga escritórios e organismos vinculados ao Sistema das Nações Unidas, como a sede da UNESCO, mas não é a sede da Organização das Nações Unidas (ONU).
Alternativa B: Nova York (correta). A cidade de Nova York, nos Estados Unidos, abriga a Sede das Nações Unidas (*United Nations Headquarters*), onde estão instalados os principais órgãos da Organização, como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, sendo esta a sede oficial da ONU.
Alternativa C: Rio de Janeiro (incorreta). O Rio de Janeiro possui escritórios e representações de organismos vinculados ao Sistema ONU, mas não abriga a sede da Organização das Nações Unidas.
Alternativa D: Bruxelas (incorreta). Bruxelas abriga escritórios e representações da ONU junto a instituições europeias, porém não é a sede oficial da Organização das Nações Unidas.

Referência Bibliográfica:
https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2025/09/por-que-a-assembleia-geral-da-onu-e-em-nova-york-a-historia-por-tras-da-sede-das-nacoes-unidas

Conteúdo Programático:
Tópicos internacionais e organização política.

CARGO(S): CONTABILISTA

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. A redação da assertiva está em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, especialmente com o art. 36, de acordo com o qual consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício, distinguindo-se entre processadas e não processadas. A utilização do verbo “podem” não atribui caráter discricionário à inscrição em Restos a Pagar. Ao contrário, a própria assertiva restringe essa possibilidade ao consignar expressamente a expressão “observadas as condições legais aplicáveis”, evidenciando que a inscrição depende do atendimento dos requisitos previstos na legislação. Assim, a expressão “podem ser inscritas” possui o sentido de possibilidade jurídica, e não de faculdade administrativa. A interpretação sistemática da assertiva afasta qualquer conclusão de que o gestor possa optar livremente por inscrever ou não despesas em Restos a Pagar, uma vez que a inscrição está subordinada ao cumprimento das exigências legais. A mera possibilidade de interpretação isolada de um único verbo, dissociada do restante da redação da assertiva, não caracteriza ambiguidade apta a comprometer a objetividade da questão. A assertiva apresenta redação clara, tecnicamente adequada e compatível com a

legislação vigente, razão pela qual não há fundamento para sua anulação. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964.
BRASIL. Ministério da Fazenda. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários*. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional.

Conteúdo Programático:
Restos a pagar.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01: ESF SÃO JOSÉ, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 02: ESF NAVEGANTES, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03: ESF CONSOLADORA, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04: ESF SANTO ANDRÉ

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. Considerando que a banca pode utilizar o critério de compatibilidade normativa e não de transcrição literal do dispositivo legal, verifica-se que a alternativa B é a única que guarda correspondência com o art. 15 do Estatuto da Pessoa Idosa, ao prever que o direito à saúde da pessoa idosa será assegurado mediante atenção integral à saúde, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia de acesso universal às ações e aos serviços destinados à promoção, à prevenção, à proteção e à recuperação da saúde. Em relação à terceira lacuna, a expressão “cuidados paliativos” é compatível com a atenção integral à saúde da pessoa idosa prevista no Estatuto, integrando o conjunto de ações e serviços destinados à promoção, à proteção e à recuperação da saúde dessa população, especialmente diante de situações relacionadas ao envelhecimento, às doenças crônicas e às condições ameaçadoras da vida. Dessa forma, a alternativa B permanece como a única resposta adequada ao enunciado, não havendo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão. Ademais, as alternativas A, C e D apresentam expressões incompatíveis com o disposto no art. 15 da Lei nº 10.741/2003, razão pela qual não podem ser consideradas corretas. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. *Guia de cuidados para a pessoa idosa* [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. 164 p.

Conteúdo Programático:
Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Saúde da criança, adulto, adolescente, da mulher e do idoso.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.

A alegação de que a expressão “doença dos caramujos” não constitui denominação popular da esquistossomose não procede. Embora os materiais do Ministério da Saúde frequentemente destaquem como nomes populares “xistose” e “barriga-d'água”, essas não são as únicas denominações empregadas na literatura técnico-científica e em materiais oficiais de educação em saúde. A expressão “doença dos caramujos” é amplamente utilizada em ações de vigilância, educação em saúde e divulgação científica para designar popularmente a esquistossomose, em razão da participação obrigatória do caramujo do gênero *Biomphalaria* como hospedeiro intermediário no ciclo biológico do *Schistosoma mansoni*. A literatura especializada reconhece que as denominações populares das doenças podem variar regionalmente e não se restringem à nomenclatura técnico-científica. A utilização da expressão “doença dos caramujos” tem finalidade educativa e é compatível com a linguagem empregada em materiais destinados à população, não configurando erro conceitual nem comprometendo a correção da assertiva. Ressalta-se, ainda, que a assertiva expressamente utiliza a locução “popularmente conhecida”, não afirmando tratar-se de

nomenclatura técnica ou oficial. Assim, a referência à expressão “doença dos caramujos” mostra-se adequada ao contexto da questão. Dessa forma, permanece correta a assertiva II, assim como as demais assertivas da questão, não havendo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. *Vigilância da esquistossomose mansoni: diretrizes técnicas* [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. 116 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – em materiais de divulgação científica e educação em saúde, refere-se à esquistossomose como “doença do caramujo” ou “doença dos caramujos”, em razão de seu ciclo biológico. Fundação Oswaldo Cruz. O Dicionário de Doenças e outros materiais educativos sobre esquistossomose: reconhecem o uso popular da expressão “doença do caramujo”.

Conteúdo Programático:
Noções básicas de doenças como leishmaniose visceral e tegumentar, dengue, esquistossomose, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, diabetes, entre outras.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão em tela aborda exclusivamente as manifestações clínicas da fase sintomática inicial (fase aguda) da esquistossomose, solicitando a identificação da alternativa que não corresponde ao quadro clínico típico dessa fase. Entretanto, o recurso apresentado limita-se a alegações genéricas acerca das atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS), da Atenção Primária à Saúde e de suposta incompatibilidade com a legislação aplicável, sem estabelecer relação direta com o conteúdo efetivamente cobrado na questão. Além disso, não indica objetivamente qual assertiva estaria incorreta, nem apresenta fundamento técnico ou bibliográfico capaz de demonstrar eventual equívoco no gabarito preliminar. Diante da ausência de demonstração objetiva de erro material, inconsistência técnica ou divergência em relação à bibliografia adotada, não há fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

Conteúdo Programático:
Noções básicas de doenças como leishmaniose visceral e tegumentar, dengue, esquistossomose, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, diabetes, entre outras.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'D'.
A questão solicita a identificação do método contraceptivo que não é disponibilizado rotineiramente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), considerando as diretrizes do Ministério da Saúde. A alternativa D (DIU de prata) permanece como a única resposta correta, uma vez que esse dispositivo não integra a relação de métodos contraceptivos disponibilizados pelo SUS no âmbito das ações de planejamento reprodutivo. Quanto à alegação de que o implante subdérmico também não seria disponibilizado rotineiramente, importa destacar que sua recente incorporação ao SUS para públicos específicos não descaracteriza sua condição de método disponibilizado pelo sistema. A eventual implementação gradual pelos gestores estaduais e municipais, inerente ao processo de incorporação de tecnologias no SUS, refere-se à organização da oferta dos serviços e não à inexistência do método na política pública nacional. Além disso, o enunciado não faz referência à disponibilidade em todas as unidades de saúde ou à universalização imediata da oferta, mas sim à disponibilização pelo SUS conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Nesse contexto, o implante subdérmico passou a compor as estratégias de planejamento reprodutivo do SUS para as indicações definidas pelo Ministério da Saúde, ao passo que o DIU de prata não integra os métodos contraceptivos disponibilizados pelo SUS, permanecendo como alternativa incompatível com a política pública vigente. Assim, não há coexistência de duas alternativas corretas nem fundamento para anulação da questão. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).
BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e atos de incorporação do implante subdérmico de etonogestrel*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Conteúdo Programático:
Saúde da criança, adulto, adolescente, da mulher e do idoso.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'C'.
A alegação de que o enunciado permitiria mais de uma interpretação não procede. A questão solicita a identificação da alternativa correta acerca da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e da Profilaxia Pós-Exposição (PEP), conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Nesse contexto, apenas a alternativa C está em conformidade com os protocolos oficiais, pois contempla a afirmação de que a PEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais após uma situação de possível exposição ao HIV, devendo ser iniciada preferencialmente nas primeiras horas e no prazo máximo de até 72 horas após a exposição.

Alternativa A: A alternativa A está incorreta, pois atribui à PEP características próprias da PrEP ao afirmar que deve ser iniciada antes da exposição e mantida continuamente enquanto houver risco de infecção.
Alternativa B: A alternativa B está incorreta, pois restringe indevidamente a indicação da PrEP a pessoas em relacionamento estável com pessoa vivendo com HIV. Na verdade, a estratégia é indicada para diferentes populações e indivíduos em situação de risco aumentado de infecção, conforme critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.
Alternativa D: A alternativa D está incorreta, pois afirma que PrEP e PEP substituem integralmente o uso de preservativos. As diretrizes de prevenção combinada estabelecem que essas estratégias são complementares e não substituem outras medidas preventivas, especialmente o uso de preservativos para prevenção das demais infecções sexualmente transmissíveis.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST* [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. 211 p.

Conteúdo Programático:
Doenças sexualmente transmissíveis.

CARGO(S): AUXILIAR DE PROFESSOR – 40H

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A: Propõe que ambas as asserções são verdadeiras e que a II justifica a I. Contudo, tal proposição não se sustenta sob rigorosa análise lógica, pois a assertiva II enuncia um princípio geral sobre a relação entre aprendizado e desenvolvimento, enquanto a assertiva I descreve um fenômeno específico de internalização da linguagem como instrumento de mediação simbólica. Para que a II pudesse justificar a I, seria necessário que ela explicasse o mecanismo pelo qual a palavra, ao ser internalizada, transforma a estrutura do pensamento, o que não ocorre, uma vez que a II não menciona a linguagem, a mediação simbólica ou o processo de internalização dos signos. A relação entre as proposições é de complementaridade teórica, e não de causalidade direta, razão pela qual esta alternativa não pode ser considerada correta.
Alternativa B: Afirma que ambas as asserções são verdadeiras, mas que a II não é uma justificativa da I, sendo, portanto, a opção correta. A assertiva I é verdadeira porque, para Vygotsky, a linguagem constitui o principal sistema de mediação simbólica, e sua internalização promove uma reestruturação qualitativa das funções psicológicas superiores, transformando a arquitetura do pensamento infantil. A assertiva II também é verdadeira porque o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal estabelece que o aprendizado adequadamente organizado se antecipa ao desenvolvimento, colocando em movimento processos que, de outra forma, não se desenvolveriam. No entanto, a II não justifica a I, pois trata de um princípio pedagógico

geral, enquanto a I descreve um processo psicológico específico, e a relação entre elas é de coerência teórica, e não de implicação lógica direta, razão pela qual esta alternativa é a que melhor se ajusta à estrutura da questão.
Alternativa C: Propõe que a assertiva I é verdadeira e a II é falsa, o que não se sustenta à luz da teoria vygotskiana. A assertiva I é inequivocamente verdadeira, conforme amplamente demonstrado na obra "Pensamento e Linguagem", na qual Vygotsky estabelece a internalização da linguagem como fator determinante para a reestruturação do pensamento infantil. A assertiva II, por sua vez, também é verdadeira, pois expressa com precisão o princípio fundamental da Zona de Desenvolvimento Proximal, segundo o qual o bom ensino promove e impulsiona o desenvolvimento mental, ativando funções psicológicas superiores que ainda não estão consolidadas. Dessa forma, a alternativa C incorre em erro ao negar a veracidade da segunda proposição.
Alternativa D: Propõe que a assertiva I é falsa e a II é verdadeira, o que igualmente não encontra respaldo na teoria de Vygotsky. A assertiva I é verdadeira, pois a linguagem é, de fato, o principal instrumento de mediação simbólica na perspectiva histórico-cultural, e sua internalização transforma a estrutura do pensamento infantil, conforme demonstrado nas investigações de Vygotsky sobre a relação entre pensamento e linguagem. Portanto, atribuir falsidade à assertiva I revela desconhecimento da teoria vigotskiana, razão pela qual essa alternativa não pode ser considerada correta.

Diante do exposto, a Banca decide pelo indeferimento do recurso, mantendo o gabarito preliminar da questão 32 como alternativa B. A interpretação adotada está em conformidade com a literatura vigotskiana e com os critérios de precisão lógica exigidos pelo enunciado, não havendo fundamento para a alteração solicitada.

Referência Bibliográfica:
VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Conteúdo Programático:
Desenvolvimento infantil nos aspectos intelectuais, sociais e emocionais.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A: Propõe o preenchimento das lacunas com "moral', "cooperação" e "heterônoma", constituindo a resposta correta. A primeira lacuna exige "moral' porque a questão trata especificamente do desenvolvimento da moralidade infantil na perspectiva piagetiana, sendo este o objeto central da teoria do desenvolvimento moral de Piaget. A segunda lacuna exige "cooperação", conceito central na obra de Piaget, pois é precisamente a cooperação baseada na reciprocidade entre pares que permite à criança superar a moral heterônoma e construir a autonomia moral, conforme amplamente demonstrado em "O Julgamento Moral na Criança". A terceira lacuna exige "heterônoma", termo que designa o estágio inicial da moralidade descrito por Piaget, caracterizado pela obediência cega às regras impostas pelo adulto e pela coação, sendo este o estágio que precisa ser superado para que a autonomia se desenvolva. A relação entre os termos é teoricamente coerente e reflete com precisão a formulação piagetiana, sendo a única alternativa que estabelece uma articulação conceitual logicamente consistente com os conceitos apresentados no enunciado.
Alternativa B: Propõe o preenchimento das lacunas com "moral", "mediação" e "autonomia", o que não se sustenta à luz da teoria piagetiana que embasa a questão. Embora a primeira lacuna esteja corretamente preenchida com "moral", a segunda lacuna exige "cooperação" e não "mediação", pois o termo "mediação" não pertence ao quadro conceitual de Piaget com a centralidade que o termo "cooperação" possui, sendo mais característico da teoria histórico-cultural de Vygotsky, a qual não desenvolve o conceito de moral heterônoma e autônoma nos termos piagetianos. A terceira lacuna, ao ser preenchida com "autonomia", estabelece uma contradição lógica, pois a autonomia é o estágio moral a ser construído e não aquele que precisa ser superado. O texto afirma que a criança deve superar a moral baseada na obediência cega e na coação adulta, características que remetem inequivocamente à moral heterônoma.
Alternativa C: Propõe o preenchimento das lacunas com "social", "cooperação" e "autonomia", o que igualmente não se sustenta. A primeira lacuna exige "moral" e não "social", pois a questão trata do desenvolvimento da moralidade e da vontade no âmbito da teoria piagetiana, e não de aspectos genéricos do desenvolvimento social. Embora a segunda lacuna esteja corretamente preenchida com "cooperação", a terceira lacuna, ao ser preenchida com "autonomia", estabelece a mesma contradição lógica apontada na alternativa B, pois a autonomia é o resultado do processo e não aquilo que deve ser superado. O texto se refere à superação de uma moral baseada na obediência cega e na coação adulta, características da moral heterônoma. Dessa forma, a alternativa C estabelece uma incoerência conceitual ao tratar a autonomia como algo a ser superado.

Alternativa D: Propõe o preenchimento das lacunas com “social”, “mediação” e “heterônoma”, o que também não se sustenta. A primeira lacuna exige “moral” em vez de “social”, pois o desenvolvimento da vontade e da autonomia a que a questão se refere está vinculado especificamente à moralidade infantil na perspectiva piagetiana. A segunda lacuna exige “cooperação” em vez de “mediação”, pois o termo “mediação” é próprio da teoria vygotskiana e não se articula com os conceitos piagetianos de reciprocidade e superação da moral heterônoma. Embora a terceira lacuna esteja corretamente preenchida com “heterônoma”, os erros nas duas primeiras lacunas tornam essa alternativa incorreta, uma vez que a questão exige precisão conceitual em todos os termos preenchidos.

Diante do exposto, a Banca decide pelo indeferimento do recurso, mantendo o gabarito preliminar da questão 35 como alternativa A, e rejeita o pedido de anulação da questão. A interpretação adotada está em conformidade com a literatura piagetiana e com os critérios de precisão conceitual exigidos pelo enunciado. A questão apresenta elementos conceituais e terminológicos suficientes para a identificação do referencial teórico adotado, não sendo necessária a citação nominal do autor para garantir sua clareza, objetividade ou precisão. Dessa forma, não há fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão, uma vez que o domínio da teoria de Piaget permite reconhecer a terminologia característica utilizada no enunciado.

Referência Bibliográfica:
PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

Conteúdo Programático:
Desenvolvimento infantil nos aspectos intelectuais, sociais e emocionais.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A: Apresenta como dever do Estado o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”, o que encontra amparo no artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado a garantia de “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade”, bem como no artigo 4º, inciso II, da LDB, que prevê o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”. Embora a atuação prioritária nessa etapa seja atribuída aos Municípios pelo artigo 211, parágrafo 2º, da Constituição Federal, isso não exclui a responsabilidade do Estado em sentido amplo, que abrange todos os entes federados atuando em regime de colaboração. A alternativa está, portanto, correta e não constitui a exceção solicitada pelo enunciado.
Alternativa B: Apresenta como dever do Estado o “atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, o que encontra amparo no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, que estabelece o “atendimento ao educando, no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. A alternativa está, portanto, correta e não constitui a exceção solicitada pelo enunciado.
Alternativa C: Apresenta como dever do Estado o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, o que encontra amparo no artigo 208, inciso V, da Constituição Federal, que estabelece “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. A alternativa está, portanto, correta e não constitui a exceção solicitada pelo enunciado.
Alternativa D: Apresenta como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente nas escolas da modalidade especial”, o que está em desacordo com o ordenamento jurídico vigente. O artigo 208, inciso III, da Constituição Federal estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser oferecido “preferencialmente na rede regular de ensino”, não nas escolas da modalidade especial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 4º, inciso III, reproduz o mesmo comando constitucional, prevendo o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. Dessa forma, a alternativa D é a única incorreta, pois inverte o princípio da inclusão ao sugerir que o atendimento especializado deve ser oferecido preferencialmente em escolas da modalidade especial, quando a legislação determina exatamente o contrário.

Diante do exposto, a Banca decide pelo indeferimento dos recursos interpostos, mantendo o gabarito preliminar da questão 39 como alternativa D, e rejeita os pedidos de anulação ou alteração do gabarito. A interpretação adotada está em conformidade com a legislação constitucional e infraconstitucional vigente, bem como com os critérios de precisão legal exigidos pelo enunciado. A questão apresenta elementos legais e conceituais suficientes para a identificação da única alternativa que não corresponde a um dever do Estado.

Dessa forma, não há fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão, uma vez que o domínio da legislação educacional permite reconhecer que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, e não exclusivamente em escolas de modalidade especial.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 maio 2026.

Conteúdo Programático:
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A: Propõe o preenchimento das lacunas com “dependência” e “discriminação”, o que não se sustenta à luz do artigo 11, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que utiliza o termo “deficiência” em vez de “dependência”. Embora “discriminação” esteja corretamente empregado, o erro na primeira lacuna torna a alternativa incorreta.
Alternativa B: Propõe o preenchimento das lacunas com “dependência” e “comparação”, o que se afasta completamente da redação legal. O termo “dependência” não é empregado pelo ECA no dispositivo em questão, e o termo “comparação” não traduz a vedação jurídica contida na norma, que utiliza expressamente o termo “discriminação” para vedar qualquer forma de exclusão ou tratamento desigual.
Alternativa C: Propõe o preenchimento das lacunas com “deficiência” e “comparação”, o que não se sustenta. Embora a primeira lacuna esteja corretamente preenchida, a segunda lacuna exige “discriminação” em vez de “comparação”, pois a legislação veda expressamente a discriminação e a segregação. O termo “comparação” não possui o mesmo conteúdo normativo e não reflete a proteção integral que o ECA confere às crianças e aos adolescentes com deficiência.
Alternativa D: Propõe o preenchimento das lacunas com “deficiência” e “discriminação”. Trata-se da resposta correta, pois reproduz fielmente o disposto no artigo 11, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a redação dada pela Lei nº 13.257/2016. A alternativa está em perfeita consonância com o ordenamento jurídico, utilizando os termos empregados pelo legislador para garantir o atendimento sem discriminação ou segregação às crianças e aos adolescentes com deficiência em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

Diante do exposto, a Banca decide pelo indeferimento do recurso interposto, mantendo o gabarito preliminar da questão como alternativa D. A interpretação adotada está em conformidade com a legislação vigente, especialmente com o art. 11, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e com os critérios de precisão legal exigidos pelo enunciado. A questão reproduz o texto legal de forma literal, não havendo fundamento para alteração do gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 maio 2026.

Conteúdo Programático:
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CARGO(S): AUXILIAR DE SECRETARIA

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'B'.
A Banca indefere o recurso, pois a questão encontra-se em plena conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital de Abertura, que contempla expressamente os temas “Ética profissional, sigilo funcional e responsabilidade no serviço público”. A questão não exigiu conhecimento de códigos de ética específicos de profissões regulamentadas, mas a compreensão dos princípios gerais que orientam a atuação ética no tratamento de informações sigilosas no exercício da função pública.

Alternativa A: A alternativa está incorreta porque, embora as normas institucionais e os dispositivos legais constituam elementos relevantes para a atuação profissional, eles não representam, por si só, o critério prioritário para a definição dos limites do sigilo. A atuação ética pode, inclusive, colocar o profissional diante de situações em que exigências institucionais entram em tensão com a proteção de direitos ou com deveres profissionais específicos. Dessa forma, a adequação automática aos procedimentos organizacionais não é suficiente para fundamentar decisões relativas ao compartilhamento de informações confidenciais.
Alternativa B: A alternativa está correta porque o sigilo profissional não pode ser compreendido como uma obrigação absoluta nem como uma regra subordinada exclusivamente a determinações legais ou institucionais. Sua delimitação exige uma análise crítica das circunstâncias concretas, dos direitos que estão sendo protegidos e da finalidade da utilização das informações. A decisão sobre comunicar ou resguardar determinado dado pressupõe deliberação ética, consideração das consequências da divulgação e avaliação de sua efetiva necessidade para a garantia de direitos. Trata-se, portanto, de um processo que articula responsabilidade profissional, proteção da pessoa atendida e compromisso com os princípios éticos que orientam a atuação profissional.
Alternativa C: A alternativa está incorreta porque o simples fato de uma informação contribuir para a tomada de decisões institucionais ou para a integração de equipes não autoriza, por si mesmo, sua divulgação. O compartilhamento de dados sigilosos exige a análise da pertinência da informação, da necessidade de sua circulação, dos sujeitos envolvidos e da finalidade relacionada à proteção de direitos. A cooperação entre profissionais não elimina a responsabilidade de preservar a confidencialidade nem transforma qualquer informação obtida no exercício profissional em dado livremente compartilhável.
Alternativa D: A alternativa está incorreta porque a invocação genérica do interesse público, da eficiência administrativa ou de benefícios potenciais para a coletividade não constitui fundamento suficiente para relativizar o sigilo profissional. A proteção da confidencialidade não pode ser afastada com base em critérios amplos e indeterminados, sob pena de comprometer direitos fundamentais relacionados à privacidade, à dignidade e à confiança estabelecida na relação profissional. A divulgação de informações exige justificativas concretas e compatíveis com os princípios éticos e legais que regulam o dever de sigilo.

Referência Bibliográfica:
https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3cBSk3BSWnWgzXYPzPL8j3r/?format=html&lang=pt

Conteúdo Programático:
Ética profissional, sigilo funcional e responsabilidade no serviço público.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'D'.
A Banca indefere o recurso, pois a questão foi elaborada com base no conteúdo programático previsto no Edital, que contempla a qualidade dos serviços públicos e o princípio da eficiência na Administração Pública, tema amplamente desenvolvido pela doutrina do Direito Administrativo. A questão não exige a reprodução literal do art. 37 da Constituição Federal, mas a compreensão do alcance do princípio da eficiência na prestação dos serviços públicos.

Alternativa A: A alternativa A está incorreta porque restringe a eficiência à observância dos padrões legais de adequação, afirmando que a satisfação concreta da necessidade do usuário seria apenas um aspecto desejável. A doutrina majoritária entende que a eficiência não se limita à conformidade formal da atuação administrativa, exigindo que o serviço público produza resultados efetivos e atenda à finalidade para a qual foi instituído.
Alternativa B: A alternativa B está incorreta porque atribui à efetiva produção de resultados um caráter meramente complementar. Embora a continuidade e a acessibilidade sejam características relevantes dos serviços públicos, a eficiência pressupõe que a atuação administrativa alcance concretamente os resultados esperados, não bastando a simples disponibilização do serviço.
Alternativa C: A alternativa C está incorreta porque admite que a eficiência possa ser considerada atendida ainda que os objetivos do serviço sejam alcançados apenas parcialmente. Tal entendimento não se harmoniza com o princípio da eficiência, que exige atuação capaz de proporcionar o melhor resultado possível ao interesse público mediante adequada relação entre os meios empregados e a finalidade alcançada.
Alternativa D: A alternativa D está correta porque expressa adequadamente o conceito doutrinário de eficiência ao afirmar que esse princípio ultrapassa a mera adequação formal da prestação do serviço, exigindo que a necessidade que justificou sua criação seja efetivamente atendida. O princípio da eficiência orienta a Administração Pública para a obtenção de resultados concretos, vinculando sua atuação não apenas ao

cumprimento da legalidade, mas também à efetividade, à qualidade e ao adequado atendimento do interesse público.

Referência Bibliográfica:
https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/principio_daeficiencia_da_administracao_publica_qualidade_de_servicos_prestados_a_sociedade_3.pdf

Conteúdo Programático:
Qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'C'.
A banca indefere o recurso, pois a alternativa C permanece como a única correta. Logo, mantém-se o gabarito.

Alternativa A: A alternativa A está incorreta porque afirma que a informatização dos processos administrativos permite que determinados procedimentos de organização sejam flexibilizados, desde que os sistemas eletrônicos garantam a recuperação das informações. Essa afirmação não encontra respaldo no conteúdo que fundamenta a questão, o qual destaca que a informatização proporciona maior rapidez e segurança aos processos administrativos, mas não elimina nem flexibiliza a necessidade de observância das normas técnicas e padronizadas de organização documental. Ao contrário, o uso de sistemas informatizados exige capacitação contínua e rigor na gestão dos registros, preservando critérios de classificação, organização e controle dos documentos. Os elementos acrescentados pelo recorrente, como autenticidade, integridade e confiabilidade, não constam da redação da alternativa e, portanto, não podem ser utilizados para modificar seu sentido.
Alternativa B: A alternativa B está incorreta porque, embora reconheça a necessidade de circulação de informações entre os setores da escola, afirma que o compartilhamento de dados pode ocorrer sempre que contribuir para a melhoria dos processos institucionais. Entretanto, a confidencialidade das informações escolares constitui dever permanente da secretaria, especialmente em relação a dados pessoais e documentos sensíveis. O compartilhamento deve ocorrer apenas quando houver necessidade funcional e observância das normas legais e éticas, não sendo autorizado de forma ampla pelo simples interesse de aperfeiçoar processos internos.
Alternativa C: A alternativa C está correta porque expressa adequadamente que a credibilidade institucional da escola depende da capacidade da secretaria de manter registros precisos, seguros, atualizados e acessíveis, em conformidade com as normas vigentes. Essa organização documental subsidia decisões administrativas e pedagógicas, assegura a regularidade dos atos escolares, garante direitos dos estudantes e fortalece a confiança da comunidade e dos órgãos de controle na instituição.
Alternativa D: A alternativa D está incorreta porque restringe a finalidade dos arquivos escolares à rastreabilidade dos atos administrativos e ao atendimento das exigências de fiscalização, atribuindo caráter secundário às demais funções da documentação escolar. Contudo, os registros também possuem papel essencial no planejamento institucional, no acompanhamento da vida escolar dos estudantes, na preservação da memória da escola e no suporte às decisões administrativas e pedagógicas, não sendo possível hierarquizar essas finalidades na forma apresentada pela alternativa.

Referência Bibliográfica:
https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/download/5370/2972/12314

Conteúdo Programático:
Rotinas administrativas e de secretariado.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'B'.
A banca indefere o recurso, pois a questão foi elaborada em estrita observância ao conteúdo programático previsto no Edital para o cargo de Auxiliar de Secretaria, especificamente no tópico “Técnicas de arquivo, protocolo e gestão documental”. O objeto da questão refere-se à organização e à finalidade dos arquivos ativo e permanente, conhecimento inerente à gestão documental e compatível com as atribuições de apoio administrativo desempenhadas pelo Auxiliar de Secretaria. O fato de a organização dos arquivos também constar entre as atribuições do cargo de Secretário de Escola não torna esse conhecimento exclusivo daquele cargo, tampouco impede sua cobrança para Auxiliar de Secretaria quando expressamente previsto no conteúdo programático. Ressalta-se que o programa de conteúdos estabelece os conhecimentos passíveis de avaliação, não se confundindo com o rol de atribuições específicas de cada cargo. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/5/gestao-democratica-escolar-esferas-funcionamento-e-legislacoes

Conteúdo Programático:
Técnicas de arquivo, protocolo e gestão documental.

CARGO(S): ORIENTADOR SOCIAL

QUESTÃO: 37 – ANULADA.
Após reanálise da questão e do recurso interposto, constatou-se a ocorrência de erro material durante o processo de revisão e digitalização do caderno de provas. Considerando que a inconsistência compromete o gabarito da questão, o recurso é acolhido, com a consequente anulação da questão. As demais alegações ficam prejudicadas, uma vez que o reconhecimento do erro material constitui fundamento suficiente para a medida adotada, não sendo necessária a análise dos demais argumentos relacionados ao mérito das alternativas.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.
BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. *Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, DF: CNAS, 2012.
BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: CNAS, 2009.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Conteúdo Programático:
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

CARGO(S): SECRETÁRIO DE ESCOLA

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'C'.

A Banca indefere o recurso, pois a alternativa C é a única que contempla, de forma completa e tecnicamente precisa, o conjunto de competências essenciais atribuídas ao secretário escolar no exercício contemporâneo de suas funções. A organização documental, o domínio das tecnologias da informação e o conhecimento da legislação educacional constituem competências interdependentes, indispensáveis para assegurar a regularidade dos registros escolares, a confiabilidade das informações, o cumprimento das normas vigentes e a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar. Logo, mantém-se o gabarito.

Alternativa A: Embora a preservação e a organização dos documentos físicos continuem relevantes para a administração escolar, a atuação do secretário escolar não se limita a esse aspecto. As demandas atuais da gestão escolar exigem igualmente domínio das tecnologias da informação, utilização de sistemas eletrônicos e gestão de documentos digitais, não sendo possível atribuir primazia aos registros físicos em detrimento dos recursos tecnológicos.
Alternativa B: O conhecimento da legislação educacional possui aplicação muito mais ampla do que a indicada na alternativa. Além de orientar a emissão e a retificação de documentos, subsidia procedimentos de matrícula, transferência, regularização da vida escolar, atendimento à comunidade, escrituração escolar e demais atividades administrativas desenvolvidas pela secretaria.

Alternativa D: A alternativa menciona competências relacionadas à gestão da informação, ao atendimento da comunidade e à regularização da vida escolar, compatíveis com a atuação da secretaria escolar. Contudo, torna-se incorreta ao atribuir à emissão documental a função de “materializar formalmente procedimentos já consolidados no âmbito institucional”, expressão que constitui uma interpretação conceitual e não uma atribuição técnica propriamente dita. Além disso, a assertiva não contempla competências essenciais ao exercício do cargo, como a organização documental, o domínio das tecnologias da informação e a atualização permanente quanto à legislação educacional, razão pela qual não representa, de forma completa e precisa, o conjunto de atribuições técnicas exigidas na questão.

Referência Bibliográfica:
https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/24906/pdf/91505

Conteúdo Programático:
Conhecimentos sobre as atividades de Secretaria de Escola.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): AGENTE DE CONTROLE INTERNO, ARQUITETO E URBANISTA – 20H, ASSISTENTE SOCIAL, CIRURGIÃO DENTISTA – 40H, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO CIVIL – 20H, FONOAUDIÓLOGO – 40H, INSTRUTOR DE ATIVIDADES TERAPEUTA OCUPACIONAL, INSTRUTOR DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – 20H, INSTRUTOR PSICOMOTRICISTA – 20H, LICENCIADOR AMBIENTAL, MÉDICO – 40H, NUTRICIONISTA – 20H, NUTRICIONISTA – 40H, OFICIAL ADMINISTRATIVO, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR DE LETRAS/INGLÊS, PROFESSOR DE LETRAS/PORTUGUÊS, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR PEDAGOGIA – 20H, PROFESSOR PEDAGOGIA – 40H, PSICÓLOGO – 40H

QUESTÃO: 1 – MANTIDA alternativa 'D'.
O item I está correto, pois encontra respaldo nas informações apresentadas pelo texto-base. O texto afirma: “É alentador constatar que tem caído de forma expressiva a disseminação da dengue no Brasil. O cenário sombrio que se vislumbrava em 2024 não se confirmou, devido ao conjunto de providências tomadas para reverter a epidemia”. Ou seja, antes de 2024, havia uma epidemia e, com isso, vislumbrava-se um cenário sombrio para 2024, que não se confirmou devido às medidas tomadas para reverter a epidemia. Então, como o cenário sombrio de 2024 não se confirmou, pode-se inferir que houve redução dos casos e das mortes a partir do ano de 2024, porque foram tomadas medidas para reverter a epidemia. Nesse sentido, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Conteúdo Programático:
Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos.

QUESTÃO: 3 – MANTIDA alternativa 'C'.
O verbo “ter” no plural recebe acento circunflexo (têm), enquanto os derivados de “ter” e “vir”, no singular, recebem acento agudo (detém) e, no plural, acento circunflexo (detêm). Assim, as lacunas devem ser preenchidas da seguinte forma: “Prefeituras têm mantido programas consistentes de fumigamento em áreas de risco” e “Fica demonstrado mais uma vez que o Brasil detém conhecimento técnico e base logística para estruturar programas bem-sucedidos [...]”. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente.

QUESTÃO: 4 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. Tanto o pronome relativo quanto os advérbios de valor negativo são considerados palavras atrativas para a próclise, ou seja, o pronome oblíquo átono deve vir antes do verbo. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

Conteúdo Programático:
Sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla.

QUESTÃO: 5 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A: Considerando o período composto retirado do texto “Cabe aos cientistas investigar os fatores preponderantes para a queda nos casos”, é correto afirmar que a segunda oração é subordinada substantiva. Trata-se de uma oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo.
Alternativa B: Considerando o período composto retirado do texto “Cabe aos cientistas investigar os fatores preponderantes para a queda nos casos”, é correto afirmar que o verbo da primeira oração é transitivo indireto. O verbo “caber”, nessa oração, é transitivo indireto.
Alternativa C: Considerando o período composto retirado do texto “Cabe aos cientistas investigar os fatores preponderantes para a queda nos casos”, é INCORRETO afirmar que o sujeito do período é “aos cientistas”. O sujeito é oracional, ou seja, “investigar os fatores preponderantes para a queda nos casos”.
Alternativa D: Considerando o período composto retirado do texto “Cabe aos cientistas investigar os fatores preponderantes para a queda nos casos”, é correto afirmar que há inversão no período, com o predicado vindo antes do sujeito. Na ordem direta, o período fica assim: “Investigar os fatores preponderantes para a queda nos casos cabe aos cientistas”.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto).

QUESTÃO: 6 – MANTIDA alternativa 'B'.
No trecho “É alentador constatar que tem caído de forma expressiva a disseminação da dengue no Brasil”, a classificação sintática do termo “alentador” é de predicativo do sujeito, pois há um verbo de ligação ligando o sujeito a um atributo. O período está em sua ordem invertida, com o predicado vindo antes do sujeito. Na ordem direta, o período fica assim: “Constatar que tem caído de forma expressiva a disseminação da dengue no Brasil é alentador”, sendo o sujeito oracional. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto).

QUESTÃO: 7 – MANTIDA alternativa 'D'.

O item III está correto, ou seja, o par de vírgulas pode ser substituído por travessões, ficando com a seguinte redação: “Há ainda armadilhas usadas para controlar e monitorar a população do mosquito – conhecidas como ovitrampas – já presentes em 1,6 mil municípios”. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 8 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A: No trecho retirado do texto “Embora o método ainda esteja restrito a 72 municípios prioritários, o resultado tem sido surpreendente”, a conjunção “embora” tem valor concessivo, assim como a locução conjuntiva “mesmo que”.
Alternativa B: No trecho retirado do texto “Embora o método ainda esteja restrito a 72 municípios prioritários, o resultado tem sido surpreendente”, a conjunção “embora” tem valor concessivo, diferentemente da conjunção “contudo”, que tem valor adversativo. Assim, “contudo” NÃO pode substituir a conjunção “embora” sem alteração de sentido.
Alternativa C: No trecho retirado do texto “Embora o método ainda esteja restrito a 72 municípios prioritários, o resultado tem sido surpreendente”, a conjunção “embora” tem valor concessivo, assim como a conjunção “conquanto”.
Alternativa D: No trecho retirado do texto “Embora o método ainda esteja restrito a 72 municípios prioritários, o resultado tem sido surpreendente”, a conjunção “embora” tem valor concessivo, assim como a locução conjuntiva “ainda que”.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2024.

Conteúdo Programático:
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

QUESTÃO: 10 – MANTIDA alternativa 'D'.
No trecho retirado do texto “Outra medida de impacto tem sido o uso de insetos estéreis, uma variedade modificada do Aedes. Conhecidos como wolbitos, eles são portadores de uma bactéria chamada Wolbachia [...]”, a utilização do termo “eles” é caracterizada como um mecanismo de referenciação ANAFÓRICA, pois o referente surge ANTES do termo que o substitui. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

Conteúdo Programático:
Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch.

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACICÍNIO LÓGICO

CARGO(S): AGENTE DE CONTROLE INTERNO, ARQUITETO E URBANISTA – 20H, ASSISTENTE SOCIAL, CIRURGIÃO DENTISTA – 40H, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO CIVIL – 20H, FONOAUDIÓLOGO – 40H, INSTRUTOR DE ATIVIDADES TERAPEUTA OCUPACIONAL, INSTRUTOR DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – 20H, INSTRUTOR PSICOMOTRICISTA – 20H, LICENCIADOR AMBIENTAL, MÉDICO – 40H, NUTRICIONISTA – 20H, NUTRICIONISTA – 40H, OFICIAL ADMINISTRATIVO, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR DE

LETRAS/INGLÊS, PROFESSOR DE LETRAS/PORTUGUÊS, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR PEDAGOGIA – 20H, PROFESSOR PEDAGOGIA – 40H, PSICÓLOGO – 40H

QUESTÃO: 11 – MANTIDA alternativa 'A'.

Recurso indeferido. A representação decimal 0,454545..., com reticências após a repetição do bloco de algarismos, é uma forma amplamente aceita na literatura matemática, em livros didáticos, materiais de ensino e avaliações, para indicar uma dízima periódica infinita, sendo equivalente à notação com barra sobre o período. No contexto da questão, o bloco repetitivo “45” aparece reproduzido sucessivamente antes das reticências (0,454545...), não havendo qualquer ambiguidade quanto ao fato de que o período é “45”. Dessa forma, a notação empregada permite identificar de maneira inequívoca a dízima periódica, não podendo ser interpretada como um número decimal finito ou truncado. A utilização das reticências para indicar continuidade infinita é prática consolidada na Matemática elementar e suficiente para caracterizar a repetição indefinida do período, inexistindo exigência normativa ou editalícia de que a periodicidade seja indicada exclusivamente por meio de barra superior. A questão apresenta enunciado claro, objetivo e compatível com a notação matemática usual, não havendo prejuízo à compreensão nem motivo para sua anulação. Dessa forma, indefere-se o pedido de anulação.

Referência Bibliográfica:

BIGODE, Antônio José Lopes. *Matemática do cotidiano*: 9º ano. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.
MARCONDES, José; GENTIL, Nelson; SÉRGIO, Carlos. *Matemática para o ensino médio*. Volume único. São Paulo: Ática, 1999.
GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. *Matemática completa*. Volume único. São Paulo: FTD, 2002.

Conteúdo Programático:

Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações, múltiplos e divisores, números primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.

QUESTÃO: 13 – MANTIDA alternativa 'C'.

O recurso não demonstra qualquer erro matemático na resolução da questão nem na alternativa indicada como correta. A alegação de que a alternativa D decorreria de eventual erro material, por apresentar os valores 0 e 6, é meramente especulativa e não encontra respaldo no enunciado ou em qualquer elemento objetivo da questão. A elaboração de alternativas incorretas é inerente às questões de múltipla escolha e tem por finalidade avaliar o domínio do conteúdo pelo candidato. O fato de uma alternativa apresentar valores distintos daqueles obtidos na resolução não caracteriza erro material, nem gera ambiguidade ou dupla interpretação. A questão apresenta enunciado claro, alternativas distintas e apenas uma resposta compatível com a condição de existência da função logarítmica. Portanto, não há vício de formulação que justifique a anulação da questão ou a alteração do gabarito.

Resolução da questão:

Para existir a função logaritmo, o argumento deve ser positivo:

$$x^2 - 5x + 6 > 0$$

Fatorando:

$$(x - 2)(x - 3) > 0$$

Analisando o sinal:

positivo para $x < 2$

positivo para $x > 3$

Logo, o domínio é:

$$\{x \in \mathbb{R} \,/\, x < 2 \text{ ou } x > 3\}$$

Referência Bibliográfica:

BIGODE, Antônio José Lopes. *Matemática do cotidiano*: 9º ano. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.
MARCONDES, José; GENTIL, Nelson; SÉRGIO, Carlos. *Matemática para o ensino médio*. Volume único. São Paulo: Ática, 1999.
GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. *Matemática completa*. Volume único. São Paulo: FTD, 2002.

Conteúdo Programático:
Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, Função exponencial e logarítmica.
Legenda: resolução.

QUESTÃO: 14 – **MANTIDA alternativa 'C'.**
A solicitação de anulação ou de alteração do gabarito não procede. A questão solicita o cálculo da capacidade de uma caixa-d'água em formato de prisma reto cuja base é um triângulo retângulo. Todos os dados necessários à resolução são fornecidos no enunciado, permitindo a determinação da área da base, do volume do prisma e, posteriormente, a conversão do resultado para litros, conforme demonstrado na resolução. A equivalência 1 m^3=1000 L constitui conhecimento básico, previsto no conteúdo programático, não sendo necessária sua explicitação no enunciado. Do mesmo modo, em questões que envolvem outras unidades de medida, não se exige que o enunciado apresente as conversões fundamentais, as quais integram o conteúdo objeto de avaliação. A alegação de que a diferença entre as alternativas C e D corresponde apenas a uma ordem de grandeza não caracteriza qualquer vício na elaboração da questão. Ao contrário, alternativas com resultados decorrentes de erros frequentes de conversão constituem distratores legítimos, utilizados para verificar o domínio do conteúdo. Também não procede a alegação de que a ausência da unidade "litros" em cada alternativa comprometeria a questão, uma vez que o enunciado determina expressamente que a resposta deve ser apresentada em litros. A apresentação apenas dos valores numéricos é prática amplamente adotada em provas objetivas e não gera qualquer ambiguidade ou prejuízo à compreensão. Por fim, a questão trata de um sólido geométrico idealizado, conforme expressamente descrito no enunciado. As dimensões fornecidas são suficientes para o cálculo da capacidade geométrica da caixa-d'água. Não há qualquer referência à espessura das paredes, ao volume útil, ao espaço destinado à boia ou às características construtivas do reservatório. Assim, não é admissível introduzir hipóteses estranhas ao enunciado para modificar o resultado da questão. Em problemas matemáticos, a resolução deve basear-se exclusivamente nas informações fornecidas, em conformidade com os princípios da Geometria Espacial e com o conteúdo programático previsto no Edital. A questão apresenta enunciado claro, dados suficientes para sua resolução e apenas uma alternativa correta, inexistindo fundamento para a anulação da questão ou para a alteração do gabarito oficial. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Resolução da questão:

Temos que a área da base triangular:

$$A = \frac{12 \cdot 5}{2} = 30 \text{ m}^2$$

Logo o volume do prisma:

$$V = 30 \cdot 6 = 180 \text{ m}^3$$

Como:

$$1 \text{ m}^3 = 1000 \text{ litros}$$

Então:

$$180 \cdot 1000 = 180000 \text{ litros}$$
$$= 1{,}8 \times 10^5$$

Referência Bibliográfica:
BIGODE, Antônio José Lopes. *Matemática do cotidiano*: 9º ano. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.
MARCONDES, José; GENTIL, Nelson; SÉRGIO, Carlos. *Matemática para o ensino médio*. Volume único. São Paulo: Ática, 1999.

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. *Matemática completa*. Volume único. São Paulo: FTD, 2002.

Conteúdo Programático:
Noções de geometria espacial: cálculo de áreas e volume de prismas, pirâmides e corpos redondos. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades, transformação de unidades).

QUESTÃO: 15 – MANTIDA alternativa 'D'.
Recurso indeferido. A alternativa D apresenta exatamente a conclusão logicamente válida, conforme a resolução apresentada a seguir.

Alternativa A:
Considerando
M: Marcos estuda. A: Ana trabalha. P: Pedro viaja. e J: Júlia fica em casa. As premissas são:
M→A, A→P, P→J e ~J (Júlia não ficou em casa.)
Da informação de que Júlia não ficou em casa, conclui-se, pela contrapositiva de P→J, que Pedro não viajou. Portanto, a afirmação de que Pedro viajou é falsa.
Alternativa B:
Pela contrapositiva de P→J, conclui-se que Pedro não viajou. Assim, a alternativa é falsa independentemente da situação de Marcos.
Alternativa C:
A alternativa contradiz diretamente o enunciado, que informa que Júlia não ficou em casa. Além disso, como Pedro não viajou, conclui-se que Ana também não trabalhou.
Alternativa D:
Da informação de que Júlia não ficou em casa (~J), conclui-se, pela contrapositiva de P→J, que Pedro não viajou (~P). Em seguida, pela contrapositiva de A→P, conclui-se que Ana não trabalhou (~A).

Resolução da questão:

Temos a cadeia de proposições condicionais:

A: Marcos estuda.
B: Ana trabalha.
C: Pedro viaja.
D: Júlia fica em casa.

$$A \rightarrow B$$
$$B \rightarrow C$$
$$C \rightarrow D$$

Sabemos que Júlia não ficou em casa:

$$\sim D$$

Aplicando contraposição:

$$\sim D \rightarrow \sim C$$

Logo, Pedro não viajou.
Agora:

$$\sim C \rightarrow \sim B$$

Então, Ana não trabalhou.

$$\sim C \text{ e } \sim B$$

Isto é, Pedro não viajou e Ana não trabalhou.

Referência Bibliográfica:
MORGADO, Augusto César. *Raciocínio lógico-quantitativo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Conteúdo Programático:
Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): AGENTE DE CONTROLE INTERNO, ARQUITETO E URBANISTA – 20H, ASSISTENTE SOCIAL, CIRURGIÃO DENTISTA – 40H, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO CIVIL – 20H, FONOAUDIÓLOGO – 40H, INSTRUTOR DE ATIVIDADES TERAPEUTA OCUPACIONAL, INSTRUTOR DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – 20H, INSTRUTOR PSICOMOTRICISTA – 20H, LICENCIADOR AMBIENTAL, MÉDICO – 40H, NUTRICIONISTA – 20H, NUTRICIONISTA – 40H, OFICIAL ADMINISTRATIVO, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR DE LETRAS/INGLÊS, PROFESSOR DE LETRAS/PORTUGUÊS, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR PEDAGOGIA – 20H, PROFESSOR PEDAGOGIA – 40H, PSICÓLOGO – 40H

QUESTÃO: 16 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. As questões de legislação não precisam reproduzir literalmente o texto legal, desde que preservem seu conteúdo e sua correta interpretação. Esse critério é compatível com a elaboração de questões em concursos públicos. A seguir, apresenta-se a justificativa de cada alternativa.

Alternativa A:
Incorreta. O Estatuto já assegura diretamente o atendimento preferencial imediato e individualizado, não condicionando sua aplicação à regulamentação específica.
Alternativa B:
CORRETA. O art. 3º, §1º, incisos VI e VII, do Estatuto da Pessoa Idosa prevê expressamente: a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia; e o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações educativas sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento. Assim, a alternativa B está em conformidade com o texto legal.
Alternativa C:
Incorreta. A exceção legal refere-se à inexistência de família ou à ausência de condições de manutenção da própria sobrevivência, e não à inexistência de vínculos afetivos.
Alternativa D:
Incorreta. A prioridade especial aos maiores de 80 anos não se restringe às áreas de saúde e assistência social.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741compilado.htm

Conteúdo Programático:
Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal n° 10.741/2003).

QUESTÃO: 18 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão se refere à Lei da Reforma psiquiátrica, que dispõe o seguinte:
Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.
Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:
I – ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
III – ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
IV – ter garantia de sigilo nas informações prestadas;
V – ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI – ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
VII – receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
VIII – ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

A alternativa A está incorreta, pois os pacientes possuem o direito ao sigilo sobre as informações prestadas, e informar a família de todas as informações prestadas fere a legislação citada. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Conteúdo Programático:
Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal nº 10.216/2001).

QUESTÃO: 20 – MANTIDA alternativa 'A'.
A assertiva I está correta, pois o art. 17 prevê expressamente que a estrutura administrativa do FPS é composta pelo Conselho Municipal de Previdência (CMP), pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Investimentos. A assertiva II também está correta, já que o parágrafo único estabelece mandato de 4 anos, com possibilidade de recondução, desde que atendidos os requisitos legais. A assertiva III, por outro lado, está incorreta, pois a legislação determina que os representantes sejam escolhidos entre servidores de reconhecida capacidade.

Referência Bibliográfica:
https://cm-sites.cittatec.com.br/32/official-publications//687d4eea-f3f7-452e-83c0-7e2d88b8e0ef

Conteúdo Programático:
Fundo de Previdência: Lei nº 6.159/2023.

MATÉRIA: INFORMÁTICA

CARGO(S): AGENTE DE CONTROLE INTERNO, ARQUITETO E URBANISTA – 20H, ASSISTENTE SOCIAL, CIRURGIÃO DENTISTA – 40H, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO CIVIL – 20H, FONOAUDIÓLOGO – 40H, INSTRUTOR DE ATIVIDADES TERAPEUTA OCUPACIONAL, INSTRUTOR DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – 20H, INSTRUTOR PSICOMOTRICISTA – 20H, LICENCIADOR AMBIENTAL, MÉDICO – 40H, NUTRICIONISTA – 20H, NUTRICIONISTA – 40H, OFICIAL ADMINISTRATIVO, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR DE LETRAS/INGLÊS, PROFESSOR DE LETRAS/PORTUGUÊS, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR PEDAGOGIA – 20H, PROFESSOR PEDAGOGIA – 40H, PSICÓLOGO – 40H

QUESTÃO: 23 – ANULADA.
Após reanálise da questão, verificou-se que o enunciado admite mais de uma interpretação tecnicamente plausível. Embora o Painel de Controle seja o ambiente clássico destinado à centralização das ferramentas administrativas do Windows, o aplicativo Configurações, introduzido no Windows 10, também reúne funcionalidades relacionadas ao gerenciamento de contas de usuário, dispositivos, opções de energia e aplicativos, conforme a documentação oficial da Microsoft. Assim, a coexistência de ambos os recursos no Windows 10 permite sustentar tecnicamente mais de uma alternativa como compatível com o comando da questão, comprometendo a unicidade da resposta, requisito indispensável em questões de múltipla escolha. Diante disso, o recurso é deferido, com a consequente anulação da questão.

Referência Bibliográfica:
Ajuda Windows 10.

Conteúdo Programático:
Microsoft Windows 10 – Painel de Controle e configurações do sistema.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): AGENTE DE CONTROLE INTERNO, ARQUITETO E URBANISTA – 20H, ASSISTENTE SOCIAL, CIRURGIÃO DENTISTA – 40H, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO CIVIL – 20H, FONOAUDIÓLOGO – 40H, INSTRUTOR DE ATIVIDADES TERAPEUTA OCUPACIONAL, INSTRUTOR DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – 20H, INSTRUTOR PSICOMOTRICISTA – 20H, LICENCIADOR AMBIENTAL, MÉDICO – 40H, NUTRICIONISTA – 20H, NUTRICIONISTA – 40H, OFICIAL ADMINISTRATIVO, PSICÓLOGO – 40H

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'B'.

Recurso Indeferido. A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital, que contempla expressamente História do País, Cultura, Tecnologia e Tópicos atuais, internacionais e nacionais, permitindo a cobrança de acontecimentos históricos e marcos relevantes para a sociedade amplamente divulgados em razão de datas comemorativas. O enunciado faz referência ao bicentenário da primeira fotografia permanente, comemorado em 2026, tema amplamente divulgado em publicações, museus, instituições culturais e veículos de comunicação em razão dos 200 anos desse marco histórico. A questão não exigiu conhecimento técnico sobre fotografia, tampouco aprofundamento em sua evolução histórica, limitando-se à identificação do período comemorado. Não procede a alegação de que o conteúdo extrapola o edital ou que não possui relação com o cargo. O edital prevê, de forma expressa, a cobrança de tópicos atuais, internacionais, nacionais e culturais, independentemente da formação profissional da pessoa candidata. Além disso, a disciplina avaliada corresponde aos Conhecimentos Específicos – Parte 1, cujo conteúdo programático foi expressamente definido pelo Edital e integra a avaliação de todos os cargos contemplados por essa disciplina. Também não merece acolhimento a alegação de que haveria controvérsia quanto ao ano da primeira fotografia permanente. Embora existam referências históricas que situem a produção da imagem entre 1826 e 1827, as comemorações oficiais do bicentenário realizadas em 2026 adotaram como marco histórico o ano de 1826, fundamento utilizado para elaboração da questão. Assim, o enunciado possui resposta objetiva e única, inexistindo ambiguidade capaz de comprometer sua validade. Por fim, não procede a alegação de violação ao Anexo II do Edital. O componente denominado Conhecimentos Específicos foi estruturado conforme o conteúdo programático estabelecido para cada cargo, sendo que a Parte 1 integra expressamente essa disciplina, contemplando conhecimentos gerais relacionados à cultura, à história, à geografia, às atualidades, aos direitos humanos e aos demais temas previstos no Edital. Dessa forma, a distribuição das questões observou rigorosamente as regras do instrumento convocatório.

Referência Bibliográfica:

https://gq.globo.com/artes-e-cultura/noticia/2026/05/primeira-fotografia-do-mundo-completa-200-anos-entenda-como-foi-feita.ghtml

Conteúdo Programático:

História do País, Cultura, Tecnologia e Tópicos atuais, internacionais e nacionais.

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa 'D'.

Recurso indeferido. A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital, que contempla expressamente cultura popular, personalidades, história do país e cultura. Dessa forma, a identificação de personalidades de destaque da música popular brasileira insere-se plenamente no conteúdo previsto para a avaliação. O enunciado apresenta características que, quando analisadas em conjunto, individualizam de forma objetiva a artista pretendida: ser uma das maiores vozes da música popular brasileira, ter interpretado os sucessos “Baby” e “Chuva de Prata”, possuir trajetória marcada pela participação no Tropicalismo e ter permanecido em destaque na cultura nacional por décadas. A conjugação desses elementos conduz inequivocamente à artista Gal Costa. Não procede a alegação de que outras alternativas poderiam ser consideradas corretas. Embora outras artistas tenham interpretado a canção “Baby” em diferentes ocasiões, Gal Costa foi a intérprete que consagrou a obra como um de seus maiores sucessos e também foi a intérprete de “Chuva de Prata”, canção amplamente associada à sua carreira. Nenhuma das demais artistas reúne simultaneamente todas as características descritas no enunciado. Também não prospera a alegação de subjetividade. Expressões como “uma das maiores vozes da música popular brasileira” possuem caráter meramente introdutório e não constituem o elemento determinante para a identificação da resposta. A correta identificação decorre da combinação dos elementos objetivos constantes

do enunciado. Quanto à alegação de que a matéria não integra os conhecimentos específicos do cargo, esta igualmente não merece acolhimento. O Edital estabelece expressamente que a Parte 1 dos Conhecimentos Específicos contempla temas como cultura popular, personalidades, história do país e tópicos nacionais, conteúdo comum aos cargos abrangidos por essa disciplina. Assim, a questão observa integralmente o conteúdo programático previsto no instrumento convocatório. Por fim, também não procede a alegação de extrapolação do edital. O conhecimento exigido não se restringe à identificação da intérprete de uma única canção, mas refere-se a uma personalidade de grande relevância da cultura brasileira, cuja trajetória artística está diretamente vinculada ao Tropicalismo, tema inserido no contexto cultural nacional previsto no programa.

Referência Bibliográfica:
https://brasilescola.uol.com.br/biografia/gal-costa.htm

Conteúdo Programático:
Cultura popular, personalidades, História do País e cultura.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
Recurso indeferido. A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital, que contempla expressamente tópicos atuais, internacionais, bem como temas relacionados ao esporte. A definição da cidade-sede da final da Copa do Mundo de 2026 constitui tema de ampla divulgação internacional e insere-se no conteúdo programático previsto. Não procede a alegação de imprecisão da alternativa A. Embora o MetLife Stadium esteja fisicamente localizado em East Rutherford, New Jersey, a própria FIFA definiu oficialmente a região anfitriã da final como “New York/New Jersey”, denominação institucional adotada para identificar a sede do evento. O enunciado não indaga o município ou o estado onde o estádio está localizado, mas sim a região em que ele está localizado, razão pela qual a alternativa “New York e New Jersey” reproduz adequadamente a região metropolitana oficialmente adotada pela entidade organizadora. Também não procede a alegação de que a utilização da conjunção “e”, em substituição à barra, alteraria o sentido da resposta. Ambas as formas indicam a mesma região metropolitana oficialmente designada pela FIFA, inexistindo qualquer modificação do conteúdo ou prejuízo à objetividade da questão. Da mesma forma, não merece acolhimento a alegação de violação ao Edital em razão de a questão integrar o componente de Conhecimentos Específicos. O Edital estabelece expressamente que a Parte 1 desse componente abrange tópicos atuais, internacionais, bem como conteúdos relacionados ao esporte, de modo que a cobrança observa integralmente o conteúdo programático previsto para todos os cargos aos quais essa disciplina foi aplicada. Dessa forma, a questão possui redação objetiva, resposta única e encontra respaldo no conteúdo programático e nas informações oficiais divulgadas pela FIFA.

Referência Bibliográfica:
https://www.fifa.com/pt/tournaments/mens/worldcup/canadamexicousa2026/articles/copa-mundo-2026-tabela-jogos

Conteúdo Programático:
Tópicos atuais, internacionais e esporte.

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital, que contempla expressamente meio ambiente, desenvolvimento sustentável e tópicos atuais e internacionais, permitindo a cobrança de acontecimentos recentes e de ampla relevância internacional relacionados à temática ambiental. O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado anualmente em 5 de junho, é uma das principais iniciativas globais de conscientização ambiental coordenadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP). A definição do país anfitrião das celebrações oficiais constitui informação amplamente divulgada pelos canais oficiais do PNUMA e por diversos veículos de comunicação, inserindo-se no conceito de tópicos atuais internacionais previsto no Edital. Não procede a alegação de que a questão extrapola o conteúdo programático. O Edital não restringe a cobrança aos aspectos conceituais do meio ambiente, abrangendo também tópicos atuais de relevância internacional. A identificação do país anfitrião da celebração oficial do Dia Mundial do Meio Ambiente em 2026 está diretamente relacionada ao conteúdo previsto. Também não merece acolhimento a alegação de que a questão versa sobre conhecimentos gerais estranhos ao componente de Conhecimentos Específicos. O Edital estabelece expressamente que a Parte 1 dos Conhecimentos Específicos compreende conteúdos relativos à cultura, à história, à geografia, às atualidades, ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e aos demais temas

nela elencados, aplicáveis aos cargos contemplados por essa disciplina. Assim, a distribuição das questões observou integralmente o instrumento convocatório. Por fim, não procede a alegação de ausência de objetividade. O enunciado apresenta uma única resposta correta, baseada em informação oficial divulgada pelo PNUMA, não havendo ambiguidade ou multiplicidade de interpretações. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/republic-azerbaijan-host-world-environment-day-2026

Conteúdo Programático:
Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e tópicos atuais, internacionais.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso Indeferido. A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no Edital, que contempla expressamente regionalização do IBGE e hierarquia urbana, temas diretamente relacionados à organização do espaço geográfico brasileiro e aos estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não procede a alegação de imprecisão técnica do enunciado. A contextualização apresentada menciona que o IBGE utiliza critérios que vão além dos limites político-administrativos para compreender as relações econômicas, sociais e urbanas entre os municípios brasileiros e, na sequência, questiona expressamente qual conceito identifica as cidades com maior capacidade de influência sobre outras localidades. Essa característica corresponde precisamente ao conceito de hierarquia urbana, utilizado pelo IBGE nos estudos da Região de Influência das Cidades (REGIC) para classificar os centros urbanos conforme sua capacidade de polarização e influência sobre outros municípios. Embora a regionalização do IBGE e a hierarquia urbana sejam tópicos distintos no conteúdo programático, eles não são conceitos dissociados. Os estudos de hierarquia urbana integram a metodologia utilizada pelo IBGE para compreender a organização do território nacional e as relações entre os centros urbanos. O enunciado contextualiza o tema e delimita, de forma objetiva, o aspecto que deve ser identificado pelo candidato: a capacidade de influência das cidades, característica exclusiva da hierarquia urbana. Também não merece acolhimento a alegação de que a questão versa sobre conteúdo estranho aos conhecimentos específicos do cargo. O Edital estabelece expressamente que a Parte 1 dos Conhecimentos Específicos compreende conteúdos relativos à organização política e territorial, à regionalização do IBGE, à hierarquia urbana, à história, à geografia e aos demais temas nela previstos. Logo, a questão possui redação clara e objetiva, apresenta resposta única e encontra respaldo na bibliografia e nos estudos oficiais do IBGE, razão pela qual se mantém o gabarito.

Referência Bibliográfica:
https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-hierarquia-urbana.htm
https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/rede-e-hierarquia-urbana

Conteúdo Programático:
Regionalização do IBGE e hierarquia urbana.

CARGO(S): AGENTE DE CONTROLE INTERNO

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A: Descreve o princípio da hierarquia, de acordo com o qual há escalonamento de competências, atribuições e relações de subordinação entre órgãos e agentes da Administração Pública. Não corresponde ao princípio da coerência.
Alternativa B: Refere-se ao princípio da coercibilidade, que consiste na possibilidade de o Direito Administrativo reforçar o cumprimento de seus comandos por meio de sanções, sejam elas premiais (incentivos) ou aflitivas (punições). Não traduz o conteúdo do princípio da coerência.
Alternativa C: De acordo com Diogo de Figueiredo Moreira Neto, o princípio da coerência impõe ao poder central o dever de harmonizar divergências entre órgãos de uma mesma pessoa administrativa quanto à interpretação e à aplicação das normas jurídicas em casos semelhantes. O objetivo é assegurar uniformidade, estabilidade e previsibilidade na atuação administrativa, evitando soluções contraditórias para situações equivalentes.

Alternativa D: A alternativa descreve o princípio da responsividade, segundo o qual a Administração Pública deve responder de forma adequada e eficiente às demandas da sociedade, buscando atender às necessidades coletivas. Não corresponde ao princípio da coerência.

Referência Bibliográfica:

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Conteúdo Programático:
Noções de Administração Pública. Administração Direta e Indireta: Características, princípios constitucionais.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A: O art. 75 da Lei nº 14.133/2021 não prevê a dispensa de licitação para a aquisição de quaisquer medicamentos destinados ao tratamento de doenças comuns. A hipótese legal refere-se à aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, em razão das peculiaridades desse mercado e da necessidade de garantir o acesso aos tratamentos.
Alternativa B: A hipótese prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 refere-se à aquisição realizada por pessoa jurídica de direito público interno, e não por pessoa jurídica de direito privado externo. Embora os demais requisitos estejam de acordo com a Lei, a alteração da natureza jurídica da adquirente torna a alternativa incorreta.
Alternativa C: A Lei prevê a dispensa para a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos destinadas à implementação de cisternas ou de outras tecnologias sociais de acesso à água. A alternativa menciona entidades privadas com fins lucrativos, contrariando expressamente a exigência legal.
Alternativa D: A contratação de serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva, constitui hipótese expressa de licitação dispensável quando realizada por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda. A redação legal acrescenta que essas pessoas devem ser reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e que devem ser utilizados equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. A alternativa, contudo, apresenta corretamente o núcleo caracterizador da hipótese de dispensa.

Referência Bibliográfica:
Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Conteúdo Programático:
Licitações Públicas: Conceito, modalidades, limites, características, dispensas, inexigibilidades, contratos, sanções, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A: A alternativa A está correta, pois corresponde à expressa previsão do item 26 da NBC TSP 37: 26. Após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado deve ser apresentado pelo custo histórico menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Ademais, mero ajuste no ano de edição da norma não é suficiente para comprometer a compreensão e resolução da questão.
Alternativa B: A alternativa B está incorreta porque a NBC TSP 07 estabelece que o método de depreciação deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício (ou período de apresentação das demonstrações contábeis), e não ao final de cada mês. Caso haja alteração significativa no padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviços incorporado ao ativo, o método de depreciação deve ser alterado prospectivamente. O único erro da alternativa está na periodicidade da revisão, que não é mensal.
Alternativa C: A alternativa C reproduz corretamente a disciplina da NBC TSP 07. Quando a entidade adota o modelo da reavaliação, esta deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria obtido com base em seu valor corrente na data das demonstrações contábeis. A frequência das reavaliações dependerá da variação dos valores dos ativos, podendo ser maior para aqueles sujeitos a oscilações significativas.
Alternativa D: A alternativa D está em conformidade com a NBC TSP 07. A norma estabelece que aumentos e diminuições de reavaliação relativos a ativos individuais dentro de uma mesma classe do ativo imobilizado podem ser contrapostos entre si, mas não podem ser compensados com ativos pertencentes a classes distintas. O objetivo é preservar a uniformidade da mensuração dentro de cada classe de ativos.

Referência Bibliográfica:
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade, *NBC TSP 37: Ativo Imobilizado*. Brasília, DF: CFC, 2025. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBC_TSP_37.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

Conteúdo Programático:
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP

CARGO(S): ARQUITETO E URBANISTA – 20H

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão foi elaborada com base na NBR 6492:2021 – Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos — Requisitos. Conforme o Anexo A, Tabela A.1, a linha do tipo traço e dois pontos estreita possui, entre suas aplicações gerais, a posição-limite de peças móveis, correspondente à alternativa considerada correta. O argumento de que esse tipo de linha também pode ser empregado para outras finalidades não invalida o gabarito, pois a norma atribui mais de uma aplicação a essa linha. A alternativa correta representa uma dessas aplicações previstas pela norma, enquanto as demais alternativas apresentadas não correspondem às aplicações da linha indicada. Dessa forma, não há erro material, ambiguidade ou incompatibilidade entre o enunciado, a referência bibliográfica e o gabarito divulgado. Logo, mantém-se o gabarito.

Alternativa A: Correta. Conforme a NBR 6492:2021, Anexo A, Tabela A.1, a linha do tipo traço e dois pontos estreita é utilizada, entre outras aplicações, para representar a posição-limite de peças móveis, correspondendo exatamente ao disposto na alternativa.
Alternativa B: Incorreta. As linhas de eixo não constituem aplicação geral da linha do tipo traço e dois pontos estreita, conforme a NBR 6492:2021.
Alternativa C: Incorreta. A representação de trajetórias não corresponde a uma aplicação geral da linha do tipo traço e dois pontos estreita, conforme a NBR 6492:2021.
Alternativa D: Incorreta. A representação de arestas não visíveis não constitui aplicação geral da linha do tipo traço e dois pontos estreita, conforme a NBR 6492:2021.

Referência Bibliográfica:
NBR 6492/2021

Conteúdo Programático:
Representação Gráfica

CARGO(S): ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'D'.
Recurso indeferido. Conforme o art. 4º da referência indicada no Edital, a questão está correta, pois todas as assertivas reproduzem fielmente o conteúdo do dispositivo legal. Assim, a alternativa D é a única resposta correta, razão pela qual se mantém o gabarito.
Referência Bibliográfica:
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética Profissional do Assistente Social*. Brasília, 1993.
Conteúdo Programático:
Código de Ética do/a Assistente Social e Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A redação da alternativa A está incorreta ao afirmar: " Expedir, gratuitamente, carteiras profissionais de assistentes sociais". Conforme o art. 10 da referência utilizada, o correto é: "Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa". Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

Conteúdo Programático:
Código de Ética do/a Assistente Social e Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso indeferido. A alternativa C está correta, pois se refere ao Serviço Especializado em Abordagem Social, e não ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: MDS.

Conteúdo Programático:
NOB-RH/SUAS e tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso indeferido. A alternativa C está incorreta, pois apresenta uma forma de acesso referente ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), e não ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), conforme solicitado no enunciado. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

Conteúdo Programático:
NOB-RH/SUAS e tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. A terceira assertiva é a única incorreta. Conforme a página 28 da referência utilizada, os assistentes sociais devem atuar em conjunto com as demais políticas públicas. As demais assertivas foram reproduzidas fielmente da referência e, portanto, estão corretas. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Site oficial. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.cfess.org.br/. Acesso em: 28 maio 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. [recurso eletrônico]. Brasília, DF: CFESS. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

Conteúdo Programático:
Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.

CARGO(S): CIRURGIÃO DENTISTA – 40H

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.
Recurso indeferido. A alternativa correta é a letra C, que está de acordo com a referência. O forame incisivo (ou nasopalatino) pode aparecer radiograficamente como uma imagem radiolúcida ovalada ou arredondada na região anterior da maxila, próxima aos ápices dos incisivos centrais superiores. Dependendo de seu tamanho e projeção radiográfica, pode simular alterações periapicais inflamatórias. A diferenciação diagnóstica deve considerar a manutenção da lâmina dura, ausência de sinais clínicos e testes de vitalidade pulpar positivos. Logo, mantém-se o gabarito.

Alternativa A: O canal mandibular apresenta-se como uma faixa radiolúcida delimitada por duas linhas radiopacas corticais e não radiopaca.
Alternativa B: A fossa canina corresponde a uma área radiolúcida, decorrente de menor espessura óssea e não radiopaca.
Alternativa D: O processo zigomático da maxila apresenta-se como estrutura radiopaca em forma de “U” ou “J” e não radiolúcida.

Referência Bibliográfica:
WHITE, Stuart C.; PHAROAH, Michael J. *Radiologia oral: princípios e interpretação*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Conteúdo Programático: Radiologia intra e extrabucal (técnica e interpretação).

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A: Incorreta. A aplicação rotineira de material forrador NÃO é obrigatória após a remoção seletiva de cárie, pois a dentina remanescente não possui capacidade protetora pulpar. Além disso, o fator determinante para o sucesso do tratamento é o selamento da restauração, e não o uso rotineiro de material forrador.
Alternativa B: A remoção até dentina dura em todas as paredes cavitárias corresponde à remoção não-seletiva, abordagem atualmente não recomendada em lesões profundas de cárie devido ao maior risco de exposição pulpar.
Alternativa C: Incorreta. Primeiramente, afirma que a remoção não seletiva “permanece indicada” e, em segundo lugar, afirma que ela reduz a necessidade de tratamento endodôntico. As evidências atuais mostram justamente o contrário. Portanto, não existe respaldo científico que permita considerar essa alternativa correta.
Alternativa D: A alternativa D reproduz o conceito adotado pela Diretriz para o Manejo de Lesões de Cárie Profundas na Atenção Primária à Saúde (Ministério da Saúde, 2024), segundo a qual, na remoção seletiva, a dentina coriácea e amolecida pode ser mantida nas regiões mais profundas da cavidade quando sua remoção representar risco de exposição pulpar. A Diretriz afirma expressamente que essa dentina pode funcionar como um “material biológico de proteção à polpa”, desde que a cavidade seja adequadamente selada. Essa abordagem reduz significativamente o risco de exposição pulpar e favorece a manutenção da vitalidade do dente, motivo pelo qual constitui a conduta atualmente recomendada para dentes com polpa vital e sinais clínicos compatíveis com pulpite reversível, exatamente como descrito no enunciado. Dessa forma, a alternativa D é a única compatível com as evidências científicas atuais.

Referência Bibliográfica:
BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretriz para o manejo de lesões de cárie profundas na Atenção Primária à Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

Conteúdo Programático:
Etiologia, prevenção, diagnóstica e tratamento de cárie dentária.

CARGO(S): ENFERMEIRO

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão trata da fisiopatologia da pancreatite aguda grave. O conhecimento exigido está plenamente compatível com o conteúdo programático do cargo de Enfermeiro, que contempla atendimento ao paciente grave, patologias clínicas e cirúrgicas, alterações metabólicas e exames laboratoriais. A alternativa correta aborda um conceito básico e amplamente consolidado: a ativação intrapancreática precoce das enzimas digestivas, mecanismo responsável pela autodigestão do pâncreas e pelo desencadeamento da resposta inflamatória sistêmica. Trata-se de um fundamento da doença, presente na formação em Enfermagem e indispensável para compreender sua evolução clínica. O enfermeiro que atua em serviços de urgência, emergência, internação ou terapia intensiva deve conhecer esse mecanismo para reconhecer a gravidade do quadro, monitorar sinais de deterioração clínica e prestar assistência segura e fundamentada. Assim, a questão não exige conhecimento, mas sim compreensão científica necessária ao exercício profissional. Além disso, as demais alternativas apresentam conceitos reconhecidamente incorretos,

como a correlação entre amilase e extensão da necrose, o uso rotineiro de antibióticos profiláticos e a rara ocorrência de complicações pulmonares, tornando a identificação da alternativa correta compatível com o nível de conhecimento esperado para o cargo. A questão não extrapola o conteúdo previsto no Edital. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. *Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

Conteúdo Programático: Conhecimento das patologias clinicas e cirúrgicas.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão está de acordo com o conteúdo programático, que contempla patologias clínicas e cirúrgicas e atendimento ao paciente grave. A alternativa correta aborda um conceito básico de fisiopatologia: na obstrução intestinal mecânica, ocorre hiperperistaltismo compensatório nas fases iniciais, produzindo ruídos hidroaéreos hiperativos e metálicos. Esse conhecimento não é exclusivo de área especializada, sendo fundamental para que o enfermeiro interprete corretamente os achados do exame físico, reconheça a gravidade do quadro e direcione a monitorização e a assistência ao paciente. Além disso, as demais alternativas apresentam conceitos incorretos amplamente conhecidos, como afirmar que o vômito fecaloide é exclusivo da obstrução colônica, que a distensão aumenta a perfusão intestinal ou que a ausência de irritação peritoneal exclui isquemia intestinal. Assim, a questão avalia conhecimento básico e compatível com as atribuições do cargo, não havendo extrapolação do conteúdo previsto no Edital. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. *Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

Conteúdo Programático:
Conhecimento das patologias clinicas e cirúrgicas.

CARGO(S): LICENCIADOR AMBIENTAL

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'A'.
O recurso foi analisado e a Banca decide pelo seu indeferimento. O termo “ecossistema isolado”, no contexto biológico, refere-se a sistemas selados que impedem a troca de matéria, sendo uma nomenclatura consolidada na literatura científica. Não há a necessidade de aplicação de termodinâmica para essa pergunta. Quanto à alternativa A, a proposição descreve corretamente a diferença fundamental entre o fluxo de energia (unidirecional e dissipativo) e o ciclo da matéria (conservativo). A descrição não nega a complexidade dos ciclos biogeoquímicos, mas estabelece o contraste necessário para a resolução do problema termodinâmico proposto. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. *Fundamentos de ecologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Conteúdo Programático: Ecologia.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'D'.
O recurso foi analisado e a Banca decide pelo seu indeferimento. O enunciado da questão fornece as características morfológicas específicas de um horizonte (situado no topo e composto predominantemente por material orgânico), cuja nomenclatura, conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS/Embrapa), é precisamente “Horizonte O”. A questão não propõe uma regra geral de que solos bem desenvolvidos devem possuir esse horizonte, mas descreve um perfil específico para avaliar o conhecimento da pessoa candidata acerca dos horizontes diagnósticos. Portanto, não há imprecisão técnica ou prejuízo à objetividade. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Sistema brasileiro de classificação de solos*. 5. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

Conteúdo Programático:
Noções de Geologia e Solo.

CARGO(S): MÉDICO – 40H

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A: Incorreta. A maioria dos casos de doença de Parkinson é idiopática, enquanto apenas uma pequena parcela possui origem genética.
Alternativa B: Incorreta. A doença neurodegenerativa progressiva mais comum é a doença de Alzheimer.
Alternativa C: Correta. A associação de levodopa com benserazida inibe a conversão periférica da levodopa em dopamina, aumentando sua disponibilidade para o sistema nervoso central. Como consequência desse mecanismo, é possível utilizar menores doses de levodopa para obtenção de efeito clínico semelhante ao da levodopa isolada, conforme descrito na alternativa. O argumento apresentado no recurso não invalida a assertiva, pois o aumento da disponibilidade da levodopa no sistema nervoso central é justamente o mecanismo que possibilita a utilização de menores doses. A questão não indaga sobre o principal mecanismo de ação ou a principal finalidade da associação, mas solicita a identificação da alternativa correta.
Alternativa D: Incorreta. O tremor parkinsoniano caracteriza-se por início tipicamente unilateral nas fases iniciais da doença.

Referência Bibliográfica:
ZAFAR, S.; LUI, F.; YADDANAPUDI, S. S. Parkinson disease. In: *StatPearls* [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2026. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/books/NBK470193/. Acesso em: 20 jul. 2026.

Conteúdo Programático:
Doença de Parkinson.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A: Correta. A questão solicita a identificação da principal hipótese diagnóstica e do tratamento recomendado, não o diagnóstico etiológico definitivo. O quadro clínico apresentado — úlcera genital única, dolorosa, com bordas irregulares, fundo necrótico e purulento, associada à linfonodomegalia inguinal dolorosa e com sinais flogísticos — é classicamente sugestivo de cancro mole (cancroide) causado por *Haemophilus ducreyi*. Conforme o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para IST do Ministério da Saúde, o tratamento recomendado é azitromicina 1 g por via oral, em dose única, correspondente à alternativa A. Embora outras etiologias integrem o diagnóstico diferencial das síndromes ulcerosas genitais, o conjunto dos achados descritos é mais compatível com cancro mole do que com as demais condições contempladas nas alternativas. O herpes genital, por exemplo, costuma manifestar-se por múltiplas vesículas que evoluem para úlceras superficiais dolorosas; o linfogranuloma venéreo apresenta lesão inicial geralmente pequena e transitória, seguida de linfadenopatia inguinal; e o metronidazol não constitui tratamento para úlceras genitais dessa natureza. Assim, a alternativa A permanece correta, não havendo fundamento para anulação da questão.
Alternativa B: Incorreta. O aciclovir é indicado para o tratamento do herpes genital, cujo quadro clínico típico difere do descrito no enunciado.
Alternativa C: Incorreta. O metronidazol não é tratamento indicado para cancro mole ou para as principais causas de síndrome ulcerosa genital descritas na questão.
Alternativa D: Incorreta. A doxiciclina por 21 dias é o tratamento recomendado para o linfogranuloma venéreo. Entretanto, o quadro clínico descrito no enunciado é mais compatível com cancro mole, cuja apresentação típica inclui úlcera dolorosa, de bordas irregulares, fundo necrótico e purulento, associada à linfadenite inguinal dolorosa, sendo indicada azitromicina em dose única.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

Conteúdo Programático: Doenças infecciosas e infectocontagiosas.

QUESTÃO: 34 – ANULADA.

Embora a alternativa B descreva o comportamento clássico dos principais carcinomas da tireoide, verifica-se que sua redação não emprega qualificadores como “predominantemente”, “preferencialmente” ou expressões equivalentes ao se referir aos padrões de disseminação do carcinoma papilífero e do carcinoma folicular. A literatura médica reconhece que o carcinoma papilífero apresenta disseminação predominantemente linfonodal, podendo também ocorrer disseminação hematogênica, especialmente em variantes mais agressivas ou em doença avançada. Da mesma forma, o carcinoma folicular apresenta disseminação predominantemente hematogênica, sem que essa via seja exclusiva. Assim, embora a intenção da questão tenha sido avaliar o conhecimento acerca dos padrões usuais de disseminação dessas neoplasias, a redação da alternativa pode induzir à interpretação de que tais vias seriam absolutas ou exclusivas, permitindo dúvida razoável por aqueles com conhecimento técnico mais aprofundado. Em avaliações objetivas, a redação das alternativas deve refletir com precisão os conceitos consagrados na literatura, evitando afirmações que possam comportar interpretações divergentes. Dessa forma, considerando que a ausência de qualificadores compromete a precisão técnica da alternativa indicada como correta e pode prejudicar a objetividade da avaliação, opta-se pela anulação da questão, preservando-se os princípios da isonomia e da adequada avaliação do conhecimento das pessoas candidatas.

Referência Bibliográfica:

GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. *Goldman-Cecil medicina*. 26. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022. E-book.

Conteúdo Programático: Neoplasias de tireoide.

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A: Incorreta. Lesão no tronco braquiocefálico comprometeria preferencialmente a perfusão do membro superior direito, não justificando os achados descritos.

Alternativa B: Incorreta. Estenose da artéria subclávia direita reduziria a pressão arterial e a amplitude do pulso no membro superior direito.

Alternativa C: Uma diferença persistente de pressão arterial superior a 15–20 mmHg entre os membros superiores, associada à redução do pulso no membro de menor pressão, sugere estenose arterial proximal à irrigação desse membro. Como a pressão arterial e o pulso estão reduzidos no membro superior esquerdo, a lesão mais provável localiza-se na artéria subclávia esquerda, antes da origem da artéria axilar e dos vasos distais. Embora a confirmação anatômica dependa de exames complementares, a questão solicita a localização mais provável da lesão responsável pelos achados clínicos. Entre as alternativas apresentadas, a artéria subclávia esquerda é a única que explica simultaneamente a redução da pressão arterial e da amplitude do pulso no membro superior esquerdo, estando de acordo com o padrão clínico descrito na literatura e nas diretrizes de doença arterial periférica.

Alternativa D: Incorreta. Lesão localizada na aorta descendente torácica distal à origem da artéria subclávia esquerda não determina diferença pressórica entre os membros superiores.

Referência Bibliográfica:

CAESAR-PETERSON, S.; BISHOP, M. A. *Estenose da artéria subclávia*. In: *StatPearls* [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2026. Atualizado em: 17 fev. 2026. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK470221/. Acesso em: 20 jul. 2026.

Conteúdo Programático: Doenças da aorta.

QUESTÃO: 37 – **ANULADA.**

A alternativa apontada como correta apresenta imprecisão conceitual que compromete sua utilização como gabarito definitivo. Embora a síndrome da secreção inapropriada do hormônio antidiurético (SIADH) seja reconhecida como uma das principais causas de hiponatremia euvolêmica, a afirmação de que está presente na “maioria dos casos” confere caráter absoluto a uma informação cuja frequência depende da população

estudada e do contexto clínico. Estudos como o Hyponatremia Registry demonstraram elevada prevalência de SIADH entre pacientes hospitalizados com hiponatremia euvolêmica, porém esses resultados referem-se a uma população específica e não podem ser generalizados para todos os cenários assistenciais. As principais diretrizes e referências clássicas descrevem a SIADH como uma das causas mais comuns de hiponatremia euvolêmica, sem afirmar que represente, de forma universal, a maioria dos casos. Dessa forma, a redação da alternativa extrapola o conhecimento consolidado ao utilizar afirmação epidemiológica absoluta sem delimitação do contexto clínico, razão pela qual a questão não apresenta alternativa plenamente correta. Opta-se, então, pela anulação da questão em voga.

Referência Bibliográfica:
REDDY, P. *Clinical approach to euvolemic hyponatremia*. Cureus, [S. l.], v. 15, n. 2, e35574, 2023. DOI: 10.7759/cureus.35574. Disponível em: https://doi.org/10.7759/cureus.35574. Acesso em: 20 jul. 2026.

Conteúdo Programático: Distúrbios acidobásicos e hidroeletrolíticos.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A: A Resolução CFM nº 2.429/2025 ampliou as indicações para cirurgia bariátrica/metabólica em pacientes com IMC entre 30 e 34,9 kg/m², incluindo aqueles com diabetes mellitus tipo 2, eliminando as antigas exigências de idade superior a 30 anos, tempo mínimo ou máximo de diagnóstico do diabetes e refratariedade documentada ao tratamento clínico. Ao afirmar que a elegibilidade ocorre "desde que o paciente tenha mais de 30 anos de idade e diagnóstico de diabetes há pelo menos 10 anos", a alternativa reintroduz critérios que foram expressamente revogados pela norma vigente. Dessa forma, não descreve corretamente os critérios atuais de elegibilidade, mas sim uma combinação entre a regra nova e requisitos pertencentes à regulamentação anterior.
Alternativa B: Pacientes com IMC entre 35 e 39,9 kg/m² permanecem elegíveis à cirurgia bariátrica apenas quando apresentam comorbidades associadas. A ausência de doenças associadas impede a indicação cirúrgica nessa faixa de IMC. Pacientes sem comorbidades somente são elegíveis quando apresentam IMC superior a 40 kg/m².
Alternativa C: A Resolução CFM nº 2.429/2025 passou a admitir cirurgia bariátrica/metabólica para pacientes com IMC entre 30 e 34,9 kg/m² que apresentem determinadas comorbidades específicas, como apneia obstrutiva do sono grave. Assim, um paciente com IMC de 33 kg/m² associado a essa condição preenche exatamente um dos critérios atualmente previstos pela norma.
Alternativa D: Embora a osteoartrose grave tenha sido incluída entre as comorbidades que permitem cirurgia em pacientes com IMC entre 30 e 34,9 kg/m², a alternativa condiciona a indicação ao fato de o paciente ter "idade entre 30 e 70 anos". Essa limitação etária não existe na Resolução CFM nº 2.429/2025, que suprimiu os antigos critérios de idade. Assim, a alternativa acrescenta requisito inexistente na regulamentação vigente e, por isso, não representa corretamente os critérios atuais de elegibilidade.

Referência Bibliográfica:
https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-atualiza-regras-para-realizacao-de-cirurgia-bariatrica-e-metabolica

Conteúdo Programático: Indicações e condutas terapêuticas clínicas e/ou cirúrgicas de enfermidades.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A alternativa A encontra respaldo na literatura médica atual, que reconhece os nevos melanocíticos benignos como fator de risco para o desenvolvimento do melanoma. O StatPearls (NCBI Bookshelf) inclui expressamente entre os fatores de alto risco para melanoma: "*history of benign or dysplastic melanocytic nevi*", acrescentando apenas que "*the number of lesions showing a stronger correlation than size*", ou seja, o número de lesões apresenta correlação mais forte com o risco do que o seu tamanho. Assim, a referência não restringe o risco exclusivamente aos indivíduos com grande quantidade de nevos, mas apenas demonstra que o risco aumenta progressivamente conforme cresce o número de lesões. No mesmo sentido, o Goldman-Cecil Medicine descreve que indivíduos com aumento do número de nevos típicos (benignos), nevos atípicos ou nevos displásicos apresentam risco aumentado para melanoma, reforçando a associação entre nevos melanocíticos benignos e o desenvolvimento da neoplasia. Ainda, a metanálise de Gandini *et al.* demonstra associação consistente entre nevos melanocíticos comuns e melanoma, além de concluir que "*at least some naevi, if not all, are likely to be precursors of melanoma*" ("pelo menos alguns nevos, se não todos, provavelmente constituem lesões precursoras do melanoma"), fundamentando essa conclusão em estudos anatomopatológicos que identificaram nevos associados ao melanoma em parcela

significativa dos casos. Dessa forma, a própria literatura citada no recurso reconhece a relevância dos nevos melanocíticos benignos na carcinogênese do melanoma. Portanto, embora a magnitude do risco seja maior em pacientes com numerosos nevos ou nevos displásicos, a assertiva permanece compatível com a literatura científica, não havendo erro conceitual capaz de justificar sua invalidação.

Alternativa B: Incorreta. O melanoma possui elevado potencial metastático e pode disseminar-se precocemente por vias linfática e hematogênica.
Alternativa C: Incorreta. A biópsia excisional com margens estreitas é o método preferencial para avaliação diagnóstica da lesão suspeita, reservando-se a biópsia incisional para situações específicas.
Alternativa D: Incorreta. O prognóstico é bastante favorável quando o melanoma é identificado em estágios iniciais, com taxas de sobrevida em cinco anos superiores a 95% nos casos localizados.

Referência Bibliográfica:
HEISTEIN, Jonathan B.; ACHARYA, Utkarsh; MUKKAMALA, Shiva Kumar R. *Melanoma maligno*. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2024. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK470409/. Acesso em: 20 jul. 2026.
GANDINI, S.; SERA, F.; CATTARUZZA, M. et al. *Meta-analysis of risk factors for cutaneous melanoma: I. Common and atypical naevi. European Journal of Cancer*, [S. l.], v. 41, p. 28-44, 2005.
GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. *Goldman-Cecil medicina*. 26. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022. E-book.

Conteúdo Programático: Erupções cutâneas e doenças da pele.

CARGO(S): NUTRICIONISTA – 20H, NUTRICIONISTA – 40H

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa 'D'.
Verifica-se que a fundamentação apresentada no recurso converge para a manutenção do gabarito preliminar, uma vez que reconhece a correção das assertivas II e III e a incorreção da assertiva I, em razão de indicar equivocadamente a Lei nº 8.080/1999, quando a lei que instituiu o Sistema Único de Saúde é a Lei nº 8.080, de 1990. Dessa forma, os argumentos apresentados não demonstram qualquer inconsistência no gabarito preliminar, motivo pelo qual fica mantido o gabarito na alternativa D.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnan

Conteúdo Programático: Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

QUESTÃO: 35 – MANTIDA alternativa 'B'.
Recurso indeferido. A assertiva correta da questão 35 é a alternativa B (sindêmico – ultraprocessados – obesidade). O texto utilizado como base foi extraído de material técnico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que aborda a relação entre sistemas alimentares, crise climática e os desafios contemporâneos relacionados à alimentação e nutrição. O trecho descreve a sindemia como a interação entre diferentes crises globais e destaca o papel dos alimentos ultraprocessados no atual sistema alimentar, associando esse contexto ao aumento da obesidade. Embora os alimentos ultraprocessados estejam relacionados à produção agrícola baseada em commodities, isso não altera a adequação do termo utilizado na questão, que busca identificar a relação específica entre o padrão alimentar contemporâneo e seus impactos na saúde e no ambiente. Dessa forma, não se verifica ambiguidade ou ausência de precisão terminológica que justifique a anulação da questão, permanecendo mantido o gabarito na alternativa B.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/estrategia-de-prevencao-da-obesidade

Conteúdo Programático: Sustentabilidade e impacto ambiental das escolhas alimentares.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'D'.

Recurso indeferido. Primeiramente, a assertiva I está incorreta, pois apresenta o conceito de Atenção Primária à Saúde (APS) de forma incompleta ao restringir as ações ao âmbito coletivo. Conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a APS consiste em um conjunto de ações de saúde que envolve dimensões individuais, familiares e coletivas, não se limitando apenas às ações coletivas. Quanto à alegação de que o tema não teria sido contemplado no conteúdo programático, esclarece-se que a elaboração das questões de observar os conteúdos previstos no Edital, não havendo obrigatoriedade de que todos os tópicos elencados sejam necessariamente abordados na prova. A banca possui discricionariedade técnica para selecionar, dentre os conteúdos previstos, aqueles que serão objeto das questões. Dessa forma, não foram identificadas inconsistências na formulação da questão que justifiquem alteração do gabarito ou anulação. Mantém-se, portanto, o gabarito na alternativa D.

Referência Bibliográfica:

https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps

Conteúdo Programático:

Diretrizes do Ministério da Saúde: estratégias e ações relacionadas à nutrição materno-infantil, crescimento e desenvolvimento saudável, controle e prevenção de obesidade, doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e atenção à saúde do idoso, com base nas orientações e normativas vigentes.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'D'.

Recurso indeferido. Quanto à alegação de que o conteúdo relacionado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não estaria contemplado no Edital, esclarece-se que o Edital prevê, entre as atribuições do cargo de Nutricionista, a atuação na área de alimentação escolar, estando, portanto, o tema relacionado às competências profissionais exigidas para a função. Ressalta-se ainda que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) orienta as políticas públicas de alimentação e nutrição no país, enquanto o PNAE constitui uma das estratégias de aplicação desses princípios no ambiente escolar, sendo pertinente o conhecimento das suas normas e diretrizes pelo profissional nutricionista que atua nessa área. Dessa forma, não foram identificados elementos que justifiquem a anulação da questão, permanecendo mantido o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL_V8.pdf

Conteúdo Programático: Programa Saúde na Escola (PSE).

CARGO(S): OFICIAL ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa 'B'.

Todos os conceitos e conteúdos abordados na questão 36 estão fundamentados em Chiavenato (2025), “Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações”, referência consolidada na área de comportamento organizacional e indicada no próprio enunciado como base para os critérios de análise e fundamentação da questão. Chiavenato (2025), no capítulo 13 – Estresse, conflito e negociação, mais precisamente no item 13.2.10 – Estilos de gestão de conflitos, define que o “estilo de competição reflete a assertividade para impor o seu próprio interesse, sendo utilizado quando uma ação pronta e decisiva deve ser rapidamente imposta em ações importantes ou impopulares durante as quais a urgência ou a emergência se torna necessária ou indispensável”. Assim, a 1ª parte da sentença da questão 36 está em conformidade com as definições do autor. Chiavenato (2025) define, ainda, que o “estilo de abstenção reflete uma postura não assertiva nem cooperativa. É apropriado quando um assunto é trivial, quando não existe nenhuma possibilidade de ganhar, quando a demora para obter maior informação se torna necessária ou quando um desentendimento pode ser muito oneroso”. Dessa forma, a 2ª parte da sentença da questão 36 também está de acordo com as definições apresentadas pelo autor. Entretanto, o autor define que o “estilo de acomodação reflete alto grau de cooperação e funciona melhor quando as pessoas sabem o que é errado, quando um assunto é mais importante do que outro para cada lado, quando se pretende construir créditos sociais para utilizar em outras situações ou quando manter a harmonia é o mais importante”, não correspondendo à definição do estilo de transigência, conforme apresentado incorretamente na 3ª parte da sentença da questão

36. Sendo assim, a 3ª parte da sentença está incorreta. Portanto, os recursos são improcedentes, mantendo-se a alternativa “B” como resposta correta, visto que apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.

Referência Bibliográfica:
CHIAVENATO, Idalberto. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. São Paulo: Atlas, 2025.

Conteúdo Programático: Administração de conflitos.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'B'.
Todos os conceitos e conteúdos abordados na questão 39 estão fundamentados em Chiavenato (2025), “Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações”, referência consolidada na área de comportamento organizacional e indicada no próprio enunciado como base para os critérios de análise e fundamentação da questão. Chiavenato (2025), no capítulo 14 – Mudança e desenvolvimento organizacional, mais precisamente no item 14.12 – Desenvolvimento organizacional, define que “o Desenvolvimento Organizacional – DO é uma abordagem de mudança planejada cujo foco principal está em mudar as pessoas, a natureza e a qualidade de suas relações de trabalho”. Segundo o autor, a gestão participativa é um dos objetivos do DO, caracterizada pelo compartilhamento da gestão com os funcionários, de modo que os gestores reduzam a centralização hierárquica e permitam que os colaboradores assumam maior participação no processo de tomada de decisões. Assim, a assertiva I da questão 39 está de acordo com as definições do autor. Chiavenato (2025) define, ainda, que, para alcançar a mudança para a gestão participativa, os gestores devem conscientemente modificar a cultura organizacional por meio do compartilhamento de atitudes, crenças e atividades. Dessa forma, a assertiva III da questão 39 também está de acordo com as definições apresentadas pelo autor. Entretanto, o autor define que o processo de solução de problemas se refere ao método pelo qual a organização busca resolver ameaças e oportunidades em seu ambiente, e não a um processo realizado por meio da gestão participativa. Sendo assim, a assertiva II está incorreta. Portanto, o recurso é improcedente, mantendo-se a alternativa “B” como resposta correta, visto que apenas as assertivas I e III estão corretas.

Referência Bibliográfica: CHIAVENATO, Idalberto. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. São Paulo: Atlas, 2025.

Conteúdo Programático: Gestão participativa; desenvolvimento organizacional.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'D'.
Todos os conceitos e conteúdos abordados na questão 40 estão fundamentados em Maximiano (2017), *Introdução à administração*, referência consolidada na área de administração e indicada no próprio enunciado como base para os critérios de análise e fundamentação da questão. Maximiano (2017), no capítulo 1 – Organizações e administração, mais precisamente no item 3.2 – Funções organizacionais – Marketing, define que “a função de marketing é muito ampla e abrange atividades de: Preço: determinação das políticas comerciais e estratégias de preço no mercado; Vendas: criação de transações com público-alvo; Desenvolvimento de produtos: criação de produtos e serviços, inclusive seus nomes, marcas e preços, e fornecimento de informações para o desenvolvimento de produtos em laboratórios e oficinas”. Dessa forma, as informações apresentadas no enunciado e nas assertivas I, II e III da questão 40 estão em conformidade com as definições do autor, estando todas corretas. Portanto, o recurso é improcedente, mantendo-se a alternativa D como resposta correta, visto que as assertivas I, II e III estão corretas.

Referência Bibliográfica: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 2017.

Conteúdo Programático: Áreas funcionais da administração e suas funções básicas: administração de marketing, administração financeira, gestão de pessoas ou administração de recursos humanos – funções básicas.

CARGO(S): PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR DE LETRAS/INGLÊS, PROFESSOR DE LETRAS/PORTUGUÊS, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR PEDAGOGIA – 20H, PROFESSOR PEDAGOGIA – 40H

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão 29 aborda conteúdo previsto no programa do edital deste certame para a prova de Conhecimentos Específicos, especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus arts. 26 e 32. Conforme o art. 26, § 9º e § 9º-A, da referida Lei, os conteúdos relativos aos direitos humanos, à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher, bem como a educação alimentar e nutricional, devem ser incluídos como temas transversais nos currículos da educação básica. Da mesma forma, o art. 32, § 6º, estabelece que o estudo dos símbolos nacionais deve ser incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Dessa forma, ao comparar o conteúdo legal com as alternativas apresentadas, verifica-se que a única alternativa incorreta é a letra "A", pois a língua inglesa não constitui tema transversal, mas componente curricular obrigatório a partir do sexto ano do ensino fundamental. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Conteúdo Programático: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. A questão 30 aborda conteúdo previsto no programa do edital deste certame para a prova de Conhecimentos Específicos, especificamente o Plano de Carreira do Magistério do Município, conforme disposto no art. 2º da legislação indicada. O referido artigo apresenta as definições de termos relacionados ao plano de carreira, incluindo "anuênio", definido como o evento salarial previsto no Regime Jurídico Único do município, extensivo aos servidores municipais e calculado de acordo com o tempo de efetivo exercício do cargo. Dessa forma, ao comparar o conteúdo legal com a questão apresentada, verifica-se que a alternativa correta é a letra "A", correspondente ao conceito de anuênio. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
leismunicipais.com.br/a1/plano-de-cargos-e-carreira-do-magisterio-getulio-vargas-rs

Conteúdo Programático:
Plano de Carreira do Magistério do Município
Plano de Carreira do Magistério do Município

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa 'D'.
Recurso indeferido. A questão 32 aborda conteúdo previsto no programa do edital deste certame para a prova de Conhecimentos Específicos, especificamente o tema "Educação na era digital", tendo seus conceitos e conteúdos fundamentados em Borba e Lesnovski (2023). A questão trata da crescente utilização de ferramentas digitais na educação, especialmente a partir da pandemia de COVID-19. As assertivas apresentam exemplos de ferramentas e recursos digitais utilizados na implementação do ensino on-line, como Kahoot, OneDrive, Google Classroom e questionários no Moodle. Ressalta-se que eventuais diferenças de grafia nas expressões utilizadas não comprometem a interpretação, tampouco prejudicam a capacidade de resolução da questão, uma vez que não alteram o significado dos recursos tecnológicos mencionados. Dessa forma, todas as assertivas estão corretas, mantendo-se a alternativa "D" como gabarito.

Referência Bibliográfica: Borba & Lesnovski (2023)

Conteúdo Programático: Educação na era digital.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A: Recurso indeferido. A questão 34 aborda conteúdo previsto no programa do edital deste certame para a prova de Conhecimentos Específicos, especificamente os temas "Metodologias Ativas" e "Gestão da aprendizagem em sala de aula", com base em Boss e Lamer (2024). No contexto das metodologias ativas, o levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes constitui etapa fundamental para o planejamento das atividades pedagógicas, pois permite ao professor identificar as necessidades da turma, selecionar estratégias e materiais adequados e promover uma aprendizagem mais significativa. Além disso, as metodologias ativas têm como princípio a participação efetiva do estudante como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, cabendo ao professor atuar como mediador e organizador das experiências de aprendizagem. Dessa forma, a alternativa correta é a letra "A", mantendo-se o gabarito.

Referência Bibliográfica: Boss & Lamer (2024)

Conteúdo Programático: Metodologias Ativas; Gestão da aprendizagem em sala de aula.

CARGO(S): PROFESSOR DE LETRAS/PORTUGUÊS

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'A'.
Recurso indeferido. Conforme o edital publicado para este certame, o conteúdo programático de Conhecimentos Específicos para o cargo 19 – Professor de Letras/Português contempla o item “Gêneros literários e movimentos literários”. A questão aborda autores contemporâneos pertencentes ao movimento literário denominado Literatura Contemporânea, bem como características relacionadas às suas obras. O conhecimento sobre esses autores e suas produções integra o estudo dos movimentos literários e está de acordo com o conteúdo previsto no edital. Dessa forma, não há incompatibilidade entre o conteúdo cobrado e o programa estabelecido, razão pela qual indefere-se o recurso e mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica: GONZAGA, Sergius. *Curso de literatura brasileira*. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

Conteúdo Programático: Gêneros literários e movimentos literários.

CARGO(S): PROFESSOR PEDAGOGIA – 20H, PROFESSOR PEDAGOGIA – 40H

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A: A alternativa A é a correta e deve ser mantida. A asserção I é verdadeira porque descreve adequadamente o papel do professor na Educação Infantil como um profissional que atua de forma intencional e planejada, organizando situações-problema e oferecendo materiais desafiadores para que a criança descubra ativamente as propriedades do mundo físico e social. O termo \"facilitador\", utilizado na asserção, não deve ser interpretado como sinônimo de passividade ou de pedagogia não diretiva, pois a própria redação da assertiva o qualifica com ações concretas e ativas do docente, tais como organizar, planejar e oferecer recursos desafiadores. A literatura acadêmica, inclusive no âmbito da perspectiva sociointeracionista, emprega o termo professor facilitador como expressão compatível com o papel de mediador da aprendizagem, conforme se verifica em estudos publicados na área, como aqueles que discutem o processo dialético sociointeracionista na Educação Infantil. A Base Nacional Comum Curricular, documento normativo citado nos recursos, estabelece para a Educação Infantil seis direitos de aprendizagem, dentre os quais se destacam explorar e participar, direitos que estão em plena consonância com a ideia de que o professor deve criar situações desafiadoras e ambientes estimulantes para a descoberta ativa pela criança. A asserção I está igualmente alinhada com os pressupostos construtivistas de Jean Piaget, para quem o conhecimento é resultado da construção pessoal do aluno e o professor deve criar desafios em contextos significativos, bem como com a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, que atribui ao professor o papel de mediador na Zona de Desenvolvimento Proximal, intervindo, questionando e oferecendo suporte no momento adequado, o que se traduz exatamente na organização de situações desafiadoras e materiais que provoquem a curiosidade e a atividade da criança. A asserção II é igualmente verdadeira, pois sintetiza o princípio educativo fundamental de que educar na primeira infância significa provocar a atividade da criança, estimulando sua curiosidade e sua busca ativa pelo conhecimento, em oposição à simples transmissão de informações prontas. Esse princípio encontra respaldo tanto na epistemologia genética de Piaget, que defende a construção do conhecimento pela ação do sujeito sobre o meio, quanto na teoria sociointeracionista de Vygotsky, que valoriza a interação social e a mediação como elementos centrais do desenvolvimento cognitivo, e também na BNCC, que reconhece a criança como sujeito ativo em seu processo de aprendizagem. No que se refere à relação de justificativa entre as asserções, verifica-se que a asserção II explica o porquê e o fundamento da conduta descrita na asserção I, ou seja, o professor organiza situações-problema e oferece materiais desafiadores porque educar na primeira infância é provocar a atividade e a busca ativa da criança, e não transmitir informações prontas. Há, portanto, uma relação inequívoca de finalidade e fundamento metodológico entre as duas proposições, o que torna a alternativa A a única correta.

Alternativa B: A alternativa B é incorreta. Embora reconheça a veracidade de ambas as asserções, ela nega a relação de justificativa entre elas, o que não corresponde à estrutura lógica do enunciado. A relação entre as asserções não é meramente paralela ou de coexistência, mas sim de fundamentação, pois a asserção II estabelece o princípio filosófico e metodológico que dá sentido e razão de ser à ação docente descrita na asserção I. A asserção I descreve o como o professor deve agir, enquanto a asserção II descreve o porquê dessa atuação, ou seja, o princípio educativo que justifica a prática pedagógica. Na perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, a mediação do professor na Zona de Desenvolvimento Proximal é a forma concreta de realizar o princípio de que a aprendizagem acontece por meio das interações sociais e da mediação de pessoas mais experientes, o que demonstra que a relação entre os fundamentos teóricos e as práticas docentes é intrínseca à própria abordagem pedagógica. Portanto, afirmar que a asserção II não justifica a asserção I é um equívoco lógico e conceitual, pois a segunda apresenta exatamente a razão educacional que fundamenta a conduta descrita na primeira.
Alternativa C: A alternativa C é incorreta, pois atribui valor falso à asserção II, quando ela é plenamente verdadeira à luz dos referenciais teóricos que fundamentam a Educação Infantil. A asserção II expressa um consenso teórico-metodológico amplamente consolidado nas ciências da educação, ao afirmar que educar na primeira infância significa provocar a atividade da criança, estimulando sua curiosidade e sua busca ativa pelo conhecimento, em vez de simplesmente transmitir informações prontas. Na perspectiva construtivista de Piaget, o conhecimento é construído pela ação do sujeito sobre os objetos, e a educação deve valorizar a atividade espontânea da criança, a experimentação e a resolução de problemas. Na perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, o aprendizado não é uma imposição externa, mas um processo que ocorre por meio das interações sociais e da mediação, valorizando a curiosidade e a busca ativa como elementos centrais do desenvolvimento cognitivo. A própria BNCC, ao estabelecer os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, reforça o princípio de que a criança é o sujeito ativo em seu processo de desenvolvimento e que a educação deve estimular sua curiosidade e sua participação ativa. Dessa forma, a asserção II é verdadeira e está alinhada tanto com a teoria quanto com a legislação educacional vigente, não havendo qualquer fundamento para considerá-la falsa.
Alternativa D: A alternativa D é incorreta porque atribui valor falso à asserção I, quando esta é verdadeira, conforme amplamente demonstrado na análise da alternativa A. A alegação dos recursos de que o termo \"facilitador\" remeteria a uma pedagogia não diretiva ou espontaneísta não procede, pois o termo é imediatamente qualificado na própria redação da assertiva por ações concretas e intencionais do professor, tais como organizar situações-problema e oferecer materiais desafiadores. A literatura acadêmica da área educacional, inclusive em diálogo com a perspectiva sociointeracionista, emprega o termo facilitador como compatível com o papel de mediador ativo da aprendizagem, e não como indicativo de passividade docente. Além disso, a organização de situações-problema e a oferta de materiais desafiadores são práticas pedagógicas recomendadas tanto por Piaget, que defende que o professor deve criar desafios para seus alunos em contextos que façam sentido para eles, quanto por Vygotsky, cuja teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal pressupõe desafios que estejam na fronteira do que a criança pode fazer com ajuda, exigindo do professor uma atuação mediadora e ativa. A BNCC, por sua vez, não contradiz a asserção I, pois os direitos de aprendizagem da Educação Infantil, especialmente os direitos de explorar e participar, são plenamente compatíveis com a proposta de uma educação que estimule a curiosidade e a descoberta ativa por meio de situações desafiadoras e materiais adequados. Portanto, a asserção I é verdadeira e a alternativa D não pode ser considerada correta.

Referência Bibliográfica:
PIAGET, Jean. *A Epistemologia Genética*. Petrópolis: Vozes, 2013.
PIAGET, Jean. *O Nascimento da Inteligência na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
PIAGET, Jean. *A Psicologia da Inteligência*. Petrópolis: Vozes, 2013.
PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

Conteúdo Programático: Pressupostos teóricos e metodológicos na Educação Infantil.

QUESTÃO: 38 – ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'C' PARA ALTERNATIVA 'A'.
Alternativa A: A alternativa A é a correta e deve ser considerada o novo gabarito da questão, ou seja, apenas a 1ª parte está correta. A 1ª parte da assertiva está plenamente correta ao afirmar que o processo didático diz respeito à relação entre o ensino e a aprendizagem, entendidos como atividades interligadas e interdependentes, e que não há ensino sem aprendizagem, nem aprendizagem significativa sem um ensino intencionalmente organizado. Essa afirmação está em perfeita consonância com a obra de José Carlos Libâneo, para quem o processo de ensino e aprendizagem constitui uma unidade indissociável, sendo o ensino um meio fundamental do progresso intelectual dos alunos, e a assimilação ativa dos conhecimentos o núcleo do ensino, embora não haja identidade entre o processo de assimilação e o processo de ensino. A 2ª

parte da assertiva, entretanto, apresenta um equívoco conceitual que compromete sua correção. Embora a redação da questão afirme que “a Didática tem como tarefa principal assegurar o processo de transmissão-assimilação dos conhecimentos e habilidades, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas e operativas dos alunos”, a análise da obra de referência revela que essa função é atribuída por Libâneo ao ensino, e não à Didática. No capítulo 4, página 80 da obra Didática, o autor afirma: “O ensino tem, portanto, como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos escolares e, através desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos”. Percebe-se, portanto, que o autor se refere especificamente ao ensino, e não à Didática, sendo conceitos distintos ao longo de toda a obra. O próprio Libâneo delimita o conceito de Didática ao afirmar que “a didática é, pois, uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através dos seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem” e que “o objeto de estudo da Didática é o processo de ensino”. Dessa forma, atribuir à Didática a função principal de assegurar a transmissão-assimilação representa uma inversão conceitual da própria obra utilizada como referência, pois a Didática não pode ser confundida com o ensino; ela o estuda, o analisa e propõe formas de qualificá-lo. A 3ª parte da assertiva também está incorreta, pois afirma que os elementos do processo didático (objetivos, conteúdos, métodos, meios, formas de organização do ensino e avaliação) são tratados de forma isolada para garantir qualidade no ensino, o que contraria a perspectiva de Libâneo, para quem esses componentes são tratados de forma articulada e interdependente. Assim, apenas a 1ª parte está correta.

Alternativa B: A alternativa B é incorreta porque afirma que apenas a 3ª parte está correta, quando na verdade a 3ª parte apresenta um equívoco conceitual. A assertiva de que os elementos do processo didático são tratados de forma isolada para garantir qualidade no ensino não corresponde ao pensamento de Libâneo, para quem esses componentes são interdependentes e articulados. Em sua obra, o autor concebe a Didática como um campo que integra objetivos, conteúdos, métodos, meios de ensino, avaliação e organização do processo pedagógico, compreendendo essas dimensões de forma articulada e não isolada. A própria estrutura do livro Didática demonstra essa articulação, pois os capítulos dedicados a cada um desses elementos estabelecem conexões permanentes entre eles, evidenciando que o tratamento isolado comprometeria a qualidade do ensino, em vez de garanti-la. Portanto, a 3ª parte é incorreta, o que invalida a alternativa B.

Alternativa C: A alternativa C, que foi o gabarito preliminar, é incorreta e deve ser alterada, pois considera correta a 1ª e a 2ª partes, quando a 2ª parte apresenta o equívoco conceitual já demonstrado. A análise da obra de Libâneo revela que a função de assegurar o processo de transmissão-assimilação dos conhecimentos e das habilidades é atribuída ao ensino, e não à Didática, conforme explicitado na página 80 do livro: “O ensino tem, portanto, como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos escolares”. Essa distinção é fundamental na obra do autor, que define a Didática como a disciplina que estuda o processo de ensino, e não como o próprio processo de ensino. Ao afirmar que “a Didática tem como tarefa principal” tal função, a assertiva comete uma imprecisão conceitual que compromete sua correção, pois confunde o objeto de estudo da Didática (o processo de ensino) com a própria Didática. Os recursos interpostos estão corretos ao apontar essa imprecisão, razão pela qual a Banca reconhece a necessidade de alteração do gabarito.

Alternativa D: A alternativa D é incorreta, pois afirma que todas as partes estão corretas, quando tanto a 2ª quanto a 3ª partes apresentam equívocos conceituais. Como demonstrado, a 2ª parte confunde a função do ensino com a própria Didática, atribuindo a esta uma tarefa que Libâneo reserva àquele. A 3ª parte, por sua vez, afirma que os componentes do processo didático são tratados de forma isolada, o que contraria a perspectiva de articulação e interdependência defendida pelo autor ao longo de toda a obra. Dessa forma, não é possível considerar que todas as partes estão corretas, o que invalida a alternativa D.

Referência Bibliográfica: LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Conteúdo Programático: Didática como campo de estudo.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A: A avaliação processual, embora compartilhe com a diagnóstica a característica de acompanhar o desenvolvimento do aluno ao longo do tempo, não é definida primordialmente pela função de subsidiar a ação educativa para o alcance de um padrão de qualidade desejado. Luckesi distingue os usos dos resultados da investigação avaliativa, sendo o diagnóstico aquele que subsidia o gestor da ação a proceder correções ou intervenções no percurso para atingir o resultado desejado. A avaliação processual é um termo que pode se referir à continuidade do processo avaliativo, mas não captura a essência da função diagnóstica descrita no enunciado. Portanto, a alternativa A não corresponde à definição precisa do pensamento de Luckesi.

Alternativa B: A avaliação probatória, conforme a conceituação de Luckesi, ocorre quando o gestor da ação decide transformar o processo avaliativo em um ordenamento dos participantes segundo uma escala de qualidades, definindo uma faixa dentro da qual se situam os aprovados e fora da qual se situam os reprovados.

Essa abordagem tem caráter de verificação e comprovação, servindo predominantemente para atestar se o aluno atingiu ou não os objetivos estabelecidos, com ênfase na classificação e na seleção. Não se confunde com a abordagem diagnóstica, pois a avaliação probatória encerra uma ação, enquanto a diagnóstica subsidia a construção dos resultados desejados. Portanto, as características apresentadas no enunciado não definem a avaliação probatória.

Alternativa C: A alternativa C é incorreta, uma vez que o conceito descrito no enunciado não corresponde à definição de avaliação formativa na perspectiva de Luckesi. Embora a literatura educacional contemporânea frequentemente associe a avaliação formativa à função de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento do aluno, essa não é a terminologia adotada por Luckesi para classificar os usos dos resultados da investigação avaliativa. O autor estabelece uma distinção epistemológica fundamental entre o ato de avaliar, que se encerra com a revelação da qualidade da realidade investigada, e a gestão da ação, que se utiliza dos resultados dessa investigação para a tomada de decisões. Luckesi explicita que a avaliação, como ato de investigar a qualidade da realidade, tem seu papel concluído no momento em que revela essa qualidade, sendo a tomada de decisão uma etapa posterior que pertence ao âmbito da gestão. Nesse contexto, a avaliação formativa, enquanto concepção amplamente difundida na literatura pedagógica, não é apresentada pelo autor como uma categoria central para a classificação dos usos dos resultados avaliativos. Luckesi organiza sua teoria em torno de três usos possíveis dos resultados da avaliação: o diagnóstico, que subsidia o gestor da ação a proceder correções ou intervenções no percurso para atingir o resultado desejado; o probatório, que se caracteriza pela aprovação ou reprovação dos resultados de uma ação; e o seletivo, presente em situações de concorrência por vagas. A avaliação formativa, portanto, não integra essa classificação tríplice e, por conseguinte, as características descritas no enunciado não a definem com precisão, pois o que se descreve é uma função da avaliação como subsídio à gestão, e não um tipo específico de avaliação no quadro teórico proposto pelo autor.

Alternativa D: A alternativa D é a correta e deve ser mantida como gabarito, pois as características descritas no enunciado definem precisamente a avaliação diagnóstica na concepção de Cipriano Luckesi. O autor, em sua obra “Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas” (2018), estabelece que o ato de avaliar consiste em investigar a qualidade da realidade, revelando-a, e que o gestor da ação pode servir-se dos resultados dessa investigação para diferentes usos, sendo o diagnóstico um deles. Luckesi afirma textualmente que o uso diagnóstico dos resultados da avaliação é aquele que, frente à qualidade dos resultados, subsidia o gestor da ação a proceder correções ou intervenções no seu percurso, tendo em vista atingir o resultado desejado. Em suas próprias palavras, o uso diagnóstico subsidia a construção dos resultados desejados, diferenciando-se do uso probatório, que aprova ou reprova os resultados de uma ação, e do uso seletivo, que se aplica a situações de concorrência. O autor reforça essa distinção ao explicar que o uso diagnóstico subsidia chegar ao padrão de qualidade desejado, enquanto o uso probatório encerra uma ação, e que a avaliação na sala de aula deve ser praticada de modo constante na relação professor-estudante, tendo em vista garantir que o estudante efetivamente se aproprie dos conteúdos ensinados. Luckesi também referencia a orientação de Ralph Tyler, que cunhou a expressão avaliação da aprendizagem na década de 1930, segundo a qual o professor deve ensinar, diagnosticar a aprendizagem e, se o aluno não aprendeu, ensinar novamente até que aprenda, o que caracteriza exatamente o uso diagnóstico dos resultados da avaliação como subsídio para a ação educativa com vistas ao alcance do padrão de qualidade desejado. Ademais, Luckesi enfatiza que o uso diagnóstico subsidia a construção dos resultados desejados, e que a aprovação do estudante em sua aprendizagem, ou seja, o uso probatório, deve decorrer naturalmente da efetiva aprendizagem satisfatória por parte de todos os estudantes, resultante do investimento cotidiano do professor em sua aprendizagem. Portanto, as duas características apresentadas no enunciado subsidiar a ação educativa para que o aluno alcance o padrão de qualidade desejado e ser uma abordagem orientada para o desenvolvimento e a promoção da aprendizagem correspondem com exatidão ao uso diagnóstico dos resultados da avaliação na perspectiva de Luckesi, razão pela qual a alternativa D é a única correta e deve ser mantida como gabarito definitivo da questão.

Referência Bibliográfica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. U*so dos resultados da avaliação em educação: diagnóstico, probatório, seletivo*. Blog do Luckesi, 3 dez. 2017. Disponível em: http://luckesi.blogspot.com/2017/12/130- uso-dos-resultados-da-avaliacao-em.html. Acesso em: 26 maio 2026.

Conteúdo Programático:

Conceitos, finalidades, ferramentas e funções da avaliação na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A: A alternativa A é a correta e deve ser mantida, pois preenche as lacunas com os termos “compensatório” e “popular”, que correspondem com precisão à trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, conforme amplamente documentado na literatura especializada. A oscilação entre políticas de caráter compensatório e iniciativas de educação popular reflete as disputas políticas e pedagógicas que marcaram a EJA ao longo da história brasileira. As políticas compensatórias caracterizam-se por ações emergenciais e paliativas, geralmente implementadas em períodos de maior mobilização social, que visavam suprir rapidamente o déficit educacional de uma parcela significativa da população, sem, contudo, estabelecer um projeto educativo contínuo e estruturante. Essas políticas, muitas vezes descontinuadas, tratavam a educação de jovens e adultos como uma medida corretiva para os excluídos do sistema regular de ensino. Em contrapartida, as iniciativas de educação popular, fortemente influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire e pelos movimentos sociais, concebiam a EJA como um processo de conscientização e emancipação, voltado para a formação de sujeitos críticos e atuantes na transformação da realidade social. Essa perspectiva consolidou-se em experiências como os Centros Populares de Cultura e os movimentos de cultura popular, que defendiam uma educação dialógica, problematizadora e comprometida com os interesses das classes populares. A Constituição de 1988 e a LDBEN de 1996 representam um marco fundamental nessa trajetória ao reconhecerem a educação como um direito subjetivo do cidadão, superando a lógica compensatória e assistencialista que historicamente orientou a EJA e conferindo-lhe o status de política pública permanente e universal. A literatura especializada, representada por autores como Haddad e Di Pierro, confirma essa oscilação histórica e aponta que a trajetória da EJA no Brasil foi marcada por disputas entre projetos educativos voltados ora para a formação cidadã, ora para a adequação da força de trabalho às demandas econômicas. Do mesmo modo, estudos recentes reafirmam que a EJA foi historicamente concebida como um mecanismo de recuperação educacional, frequentemente associada a práticas compensatórias e assistencialistas, antes de ser reconhecida como um direito fundamental e um instrumento de inclusão social. Portanto, a alternativa A reflete com exatidão as duas vertentes que caracterizaram a EJA no Brasil e sua consolidação como direito a partir do ordenamento jurídico vigente.

Alternativa B: A alternativa B é incorreta, pois propõe os termos “assistencialista” e “técnica” para preencher as lacunas, o que não corresponde à polaridade histórica que efetivamente marcou a trajetória da EJA no Brasil. Embora a perspectiva assistencialista possa ser associada a algumas iniciativas de caráter emergencial, a ênfase na educação técnica não representa a principal contraposição histórica às políticas compensatórias, sendo a educação popular o movimento pedagógico e político que efetivamente se contrapôs ao modelo compensatório. A formação técnica, embora presente em determinados contextos históricos, não constitui o eixo articulador das iniciativas alternativas à EJA compensatória, que foram fundamentalmente orientadas pela perspectiva da conscientização, da participação cidadã e da transformação social, características da educação popular. Portanto, a alternativa B não reflete com precisão o debate teórico e histórico sobre a EJA no Brasil.

Alternativa C: A alternativa C é incorreta, pois propõe os termos “voluntário” e “libertadora” para preencher as lacunas, o que não corresponde à terminologia consagrada na literatura especializada para descrever as políticas de EJA no Brasil. Embora a educação libertadora seja uma expressão que remete ao pensamento de Paulo Freire, a contraposição histórica fundamental não se estabelece entre políticas voluntárias e iniciativas libertadoras, mas sim entre políticas compensatórias, de caráter emergencial e paliativo, e iniciativas de educação popular, que concebem a EJA como um processo de formação crítica e emancipadora. O termo “voluntário”, por sua vez, não captura a natureza institucional e estrutural das políticas públicas de EJA, reduzindo a análise a um aspecto pontual que não caracteriza a oscilação histórica descrita no enunciado. Ademais, a menção à educação libertadora, embora relevante no contexto da pedagogia freireana, não substitui o conceito de educação popular como expressão do movimento histórico que se contrapôs às políticas compensatórias.

Alternativa D: A alternativa D é incorreta, pois propõe os termos “seletivo” e “financeira”, que não correspondem a nenhuma das principais vertentes históricas que caracterizaram a EJA no Brasil. A seletividade e a ênfase em aspectos financeiros não são categorias analíticas centrais na historiografia da EJA, que identifica como polos opostos, de um lado, as políticas compensatórias ou assistencialistas e, de outro, as iniciativas de educação popular ou emancipatória. A utilização de termos imprecisos como “seletivo” e “financeira” compromete a compreensão do fenômeno histórico, pois não reflete o debate teórico e político que efetivamente orientou a construção da EJA como direito no Brasil. A partir da Constituição de 1988 e da LDBEN de 1996, a EJA não se consolidou como uma política seletiva ou financeira, mas como um direito subjetivo do cidadão, rompendo com a lógica compensatória e afirmando-se como uma política pública universal.

Diante do exposto, decide-se pela manutenção do gabarito alternativa A. Os termos “compensatório” e “popular” preenchem correta e respectivamente as lacunas do enunciado, pois expressam a oscilação histórica entre políticas emergenciais de caráter paliativo e iniciativas pedagógicas comprometidas com a

conscientização e a emancipação dos sujeitos, que marcou a trajetória da EJA no Brasil até sua consolidação como direito subjetivo a partir da Constituição de 1988 e da LDBEN de 1996. A literatura especializada, representada por autores como Haddad e Di Pierro, confirma essa interpretação ao destacar que a EJA foi marcada por períodos de invisibilidade, iniciativas descontínuas e disputas entre projetos educativos voltados ora para a formação cidadã, ora para a adequação da força de trabalho às demandas econômicas. A análise histórica evidencia que a EJA, inicialmente entendida como um mecanismo de recuperação educacional, frequentemente foi associada a práticas compensatórias e assistencialistas, antes de ser reconhecida como um direito fundamental e um instrumento de inclusão social. Assim, a alternativa A é a única que reflete com precisão a oscilação histórica descrita no enunciado e a consolidação da EJA como direito a partir do ordenamento jurídico vigente.

Referência Bibliográfica:
HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 2000.

Conteúdo Programático:
Histórico e legislação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas

1 - Agente de Controle Interno									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - C	36 - B	37 - C	38 - D	39 - C	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 25011.5

2 - Arquiteto e Urbanista - 20h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - D	32 - C	33 - D	34 - B	35 - D	36 - B	37 - C	38 - A	39 - C	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 25221.5

3 - Assistente Social									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - D	32 - A	33 - B	34 - D	35 - C	36 - C	37 - B	38 - A	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 25551.5

4 - Cirurgião Dentista - 40h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - C	32 - B	33 - B	34 - C	35 - A	36 - A	37 - D	38 - A	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 23451.5

5 - Enfermeiro									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - C	32 - C	33 - B	34 - A	35 - B	36 - A	37 - C	38 - A	39 - D	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24051.5

6 - Engenheiro Civil - 20h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - B	32 - B	33 - C	34 - C	35 - B	36 - C	37 - A	38 - D	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24501.5

7 - Fonoaudiólogo - 40h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - B	32 - A	33 - D	34 - C	35 - B	36 - D	37 - D	38 - A	39 - B	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 25041.5

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas

9 - Instrutor de Atividades Pedagógicas - 20h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - C	32 - B	33 - A	34 - A	35 - B	36 - C	37 - A	38 - D	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 23556.5

10 - Instrutor Psicomotricista - 20h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - B	33 - C	34 - A	35 - A	36 - C	37 - C	38 - D	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24201.5

11 - Licenciador Ambiental									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - B	33 - C	34 - D	35 - B	36 - C	37 - A	38 - B	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24621.5

12 - Médico - 40h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - C	32 - D	33 - A	34 - *	35 - C	36 - A	37 - *	38 - C	39 - A	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 33351.5

13 - Nutricionista - 20h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - D	32 - A	33 - A	34 - B	35 - B	36 - D	37 - D	38 - D	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 26871.5

14 - Nutricionista - 40h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - D	32 - A	33 - A	34 - B	35 - B	36 - D	37 - D	38 - D	39 - C	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 26871.5

15 - Oficial Administrativo									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - D	32 - A	33 - A	34 - C	35 - B	36 - B	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 24591.5

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas

16 - Professor de Artes									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - D	37 - B	38 - A	39 - C	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20375.75	

17 - Professor de Atendimento Educacional Especializado									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - B	37 - C	38 - B	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20938.25	

18 - Professor de Letras/Inglês									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - B	37 - D	38 - A	39 - C	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20900.75	

19 - Professor de Letras/Português									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20450.75	

20 - Professor de Música									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - A	37 - C	38 - B	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20975.75	

21 - Professor Pedagogia - 20h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - B	37 - A	38 - A	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 19500.75	

22 - Professor Pedagogia - 40h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - C	27 - B	28 - D	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - B	37 - A	38 - A	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 19500.75	

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas

23 - Psicólogo - 40h									
01 - D	02 - C	03 - C	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - B	09 - A	10 - D
11 - A	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - A
21 - C	22 - A	23 - *	24 - A	25 - D	26 - B	27 - D	28 - A	29 - B	30 - C
31 - A	32 - D	33 - C	34 - B	35 - D	36 - A	37 - C	38 - A	39 - B	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 23886.5	

24 - Contabilista									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - C	32 - C	33 - A	34 - D	35 - D	36 - B	37 - C	38 - B	39 - A	40 - B
Assinatura Eletrônica: 23498.5									

25 - Fiscal Ambiental									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - C	32 - C	33 - A	34 - C	35 - D	36 - B	37 - B	38 - A	39 - D	40 - A
Assinatura Eletrônica: 23018.5									

26 - Agente Comunitário de Saúde - Área 01: ESF São José									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - C	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - D	38 - A	39 - A	40 - C
Assinatura Eletrônica: 24113.5									

27 - Agente Comunitário de Saúde - Área 02: ESF Navegantes									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - C	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - D	38 - A	39 - A	40 - C
Assinatura Eletrônica: 24113.5									

28 - Agente Comunitário de Saúde - Área 03: ESF Consoladora									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - C	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - D	38 - A	39 - A	40 - C
Assinatura Eletrônica: 24113.5									

29 - Agente Comunitário de Saúde - Área 04: ESF Santo André									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - C	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - D	38 - A	39 - A	40 - C
Assinatura Eletrônica: 24113.5									

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas

30 - Auxiliar de Professor - 40h									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - A	32 - B	33 - A	34 - C	35 - A	36 - C	37 - B	38 - C	39 - D	40 - D
Assinatura Eletrônica: 23513.5									

31 - Auxiliar de Secretaria									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - D	33 - A	34 - B	35 - C	36 - D	37 - C	38 - B	39 - C	40 - A
Assinatura Eletrônica: 23618.5									

32 - Orientador Social									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - A	33 - A	34 - C	35 - B	36 - D	37 - *	38 - B	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 28943.5	

33 - Secretário de Escola									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - D	32 - C	33 - A	34 - B	35 - B	36 - A	37 - C	38 - D	39 - C	40 - D
Assinatura Eletrônica: 24863.5									

34 - Técnico Fazendário									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - B	32 - C	33 - D	34 - C	35 - A	36 - B	37 - D	38 - C	39 - D	40 - B
Assinatura Eletrônica: 25313.5									

35 - Visitador									
01 - A	02 - B	03 - B	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - C	10 - A
11 - C	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - A	24 - B	25 - D	26 - A	27 - C	28 - B	29 - B	30 - D
31 - D	32 - C	33 - B	34 - C	35 - D	36 - B	37 - A	38 - C	39 - D	40 - A
Assinatura Eletrônica: 24563.5									

36 - Auxiliar Saúde Bucal									
01 - B	02 - A	03 - A	04 - D	05 - B	06 - C	07 - D	08 - D	09 - A	10 - C
11 - B	12 - C	13 - C	14 - A	15 - B	16 - B	17 - A	18 - D	19 - D	20 - C
21 - A	22 - C	23 - D	24 - B	25 - C	26 - D	27 - A	28 - C	29 - C	30 - B
31 - A	32 - D	33 - C	34 - B	35 - B	36 - B	37 - C	38 - D	39 - C	40 - A
Assinatura Eletrônica: 23133									

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas

37 - Borracheiro/Lavador									
01 - D	02 - B	03 - B	04 - C	05 - B	06 - A	07 - C	08 - A	09 - D	10 - A
11 - C	12 - C	13 - B	14 - A	15 - B	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - D	36 - C	37 - B	38 - A	39 - D	40 - D
Assinatura Eletrônica: 23761.5									
38 - Eletricista									
01 - D	02 - B	03 - B	04 - C	05 - B	06 - A	07 - C	08 - A	09 - D	10 - A
11 - C	12 - C	13 - B	14 - A	15 - B	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - D	36 - B	37 - D	38 - A	39 - A	40 - C
Assinatura Eletrônica: 21976.5									
39 - Motorista									
01 - D	02 - B	03 - B	04 - C	05 - B	06 - A	07 - C	08 - A	09 - D	10 - A
11 - C	12 - C	13 - B	14 - A	15 - B	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - D	36 - B	37 - D	38 - C	39 - A	40 - C
Assinatura Eletrônica: 23116.5									
40 - Operador de Máquinas									
01 - D	02 - B	03 - B	04 - C	05 - B	06 - A	07 - C	08 - A	09 - D	10 - A
11 - C	12 - C	13 - B	14 - A	15 - B	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - D	36 - D	37 - A	38 - B	39 - C	40 - C
Assinatura Eletrônica: 23131.5									
41 - Servente									
01 - D	02 - B	03 - B	04 - C	05 - B	06 - A	07 - C	08 - A	09 - D	10 - A
11 - C	12 - C	13 - B	14 - A	15 - B	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - D	36 - A	37 - A	38 - C	39 - D	40 - B
Assinatura Eletrônica: 22066.5									
42 - Vigilante									
01 - D	02 - B	03 - B	04 - C	05 - B	06 - A	07 - C	08 - A	09 - D	10 - A
11 - C	12 - C	13 - B	14 - A	15 - B	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - D	36 - C	37 - B	38 - A	39 - B	40 - D
Assinatura Eletrônica: 22591.5									

Assinatura Eletrônica Total: 976989.25.